



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 469 - DE 26 DE JANEIRO A 09 DE FEVEREIRO DE 2014 - R\$ 3,00

Realizado o XII Congresso do POR



“O Partido é o Programa”

Leon Trotsky



687 trabalhadores demitidos na GM de São José dos Campos

A única maneira de defender os empregos é com um programa proletário:

1. Estabelecer uma campanha em defesa dos empregos e salários; e pelo esmagamento da ofensiva patronal em implantar a flexibilização do trabalho.
2. Assumir a bandeira proletária de que emprego não se negocia, se defende com os métodos da ação direta: greve, ocupação de fábrica e com o controle operário da produção;
3. Desenvolver as reivindicações de estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução do salário e fim do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho;
4. Levantar a bandeira de expropriação (sem indenização), sob controle operário das multinacionais que demitem.



Como a direção do MST explica o impasse da reforma agrária



Violência policial se acirra em São Paulo

Oposição revolucionária a Dilma

Manifesto do Partido Operário Revolucionário - POR Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Realizado o XII Congresso do POR A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Nos dias 11 e 12 de janeiro, foi aprovado o novo programa do POR. O Congresso contou com a participação da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O que expressa o empenho de impulsionar o internacionalismo proletário.

Dizemos que se aprovou o novo programa porque no Congresso de 9 e 10 de janeiro de 1993 se estabeleceram as bases programáticas sobre as quais o partido vem se construindo. Para os marxistas, é inconcebível o partido sem o programa. Está aí por que o III Congresso do POR aprovou o programa que lhe deu os fundamentos marxistas, assentou as teses da revolução proletária, identificou as particularidades do País, definiu o internacionalismo e estabeleceu as tarefas.

Os dois primeiros Congressos, por sua vez, nos revelam claramente que o POR nasceu vinculado ao trotskismo. Colocou-se desde a sua origem pelo objetivo de reconstruir a IV Internacional, ou seja, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Pode-se dizer, portanto, que começamos nossa existência organizada com o I Congresso, realizado em 1 e 2 de julho de 1989. Já estávamos empenhados em estruturar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, juntamente com o POR da Bolívia e o Comitê construtor do POR da Argentina.

Nesses 24 anos, realizamos regularmente os Congressos, como exige a concepção leninista do partido. O leitor logo observará que nossa luta pela construção do POR se deu logo após o fim da ditadura militar em 1985 – um extraordinário período que resultou na reconstitucionalização do Brasil.

Nesse trajeto, o PT e a CUT se ergueram. As esquerdas que viveram o golpe militar se reorganizaram e novos agrupamentos se formaram. Em meados dos anos 70, se constituíram algumas das correntes que se reivindicam do trotskismo. Parte de seus dirigentes não vinha da luta pela IV Internacional. E a parte que esteve nos quadros do trotskismo logo se revelou alheia à tarefa de aplicar o Programa de Transição no Brasil. Exigia, porém, iniciar a construção do partido estabelecendo as bases programáticas. Distintamente, o POR assumiu essa tarefa. O seu III Congresso (1993) deu um primeiro passo.

A militância poderá constatar que as inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo não possuem o programa. Substituem-no por análises conjunturais, por declarações políticas e por documentos teóricos. O programa como exposição e revelação das leis históricas do país que leva à revolução proletária e como fundamento marxista do socialismo é desconhecido pelas correntes revisionistas do trotskismo. A renúncia à tarefa de definir o caráter da revolução no Brasil explica o desprezo pelo programa.

Ao contrário, partimos das experiências internacionais do marxismo em que a luta pelo programa esteve e está presente.

O trotskismo assim se denominou justamente porque expressou e expressa o combate programático da Oposição de Esquerda Russa – e, depois, Oposição de Esquerda Internacional – contra o estalinismo revisionista do internacionalismo proletário, a substituição do Programa da III Internacional por um programa nacional socialista e a adaptação da política burocrática às pressões do imperialismo.

O marxismo em sua essência é o programa comunista que permite ao proletariado se desenvolver como força social consciente, derrotar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O partido revolucionário, portanto, se constitui no instrumento pelo qual o proletariado realiza esse objetivo histórico.

O nosso XII Congresso dá mais um passo no desenvolvimento programático do POR, com seus militantes assimilando as leis de desenvolvimento do capitalismo no Brasil como parte do capitalismo mundial e demonstrando as particularidades nacionais como fatores materiais e sociais da revolução proletária.

Chegamos à conclusão de que se tratava de formular um Programa sintético, preciso e direto, que contivesse os fundamentos do socialismo científico, o método, a tática e as reivindicações, o internacionalismo, o caráter da revolução e as tarefas.

Os delegados do Congresso discutiram primeiramente ponto por ponto do Programa e em seguida os fundamentos históricos. Inúmeros foram os adendos, emendas, substituições e correções. Em boa parte, discutidos acaloradamente e votados. Enriqueceram e precisaram a unidade e a coerência das formulações.

O trabalho de elaboração e discussão do programa não se resumiu ao Congresso. Toda a militância esteve, por um longo período, envolvida em sua fase preparatória. De maneira que o Programa resultou da elaboração coletiva e da decisão consciente de atualizar o Programa de 1993. Esse percurso foi possível devido ao partido estar envolvido na luta de classes, passando a prova de situações turbulentas, formulado respostas, defendido posições e por ter elevado a capacidade teórica da militância.

O Programa se concebe e se forja no seio da luta de classes e se nutre das conquistas mundiais do proletariado. Tem particular importância em nosso desenvolvimento a assimilação das conquistas programáticas do POR da Bolívia e as experiências realizadas no trabalho de construção do Comitê de Enlace.

Chamamos os explorados e oprimidos a se colocarem sob o programa da revolução proletária.

Chamamos seu destacamento avançado a fortalecer as fileiras do POR com o objetivo de fundir o programa socialista com o proletariado revolucionário, nacional e internacional.

**Viva a construção do Partido Operário
Revolucionário!**

Balanço do XII Congresso do POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014 o seu XII Congresso, que contou com a presença de representantes do POR da Argentina e do POR da Bolívia, seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e de todas as regionais dos estados em que o partido se encontra em construção. O objetivo fundamental do Congresso foi atualizar o programa, aprovado em 1993 e sintetizado no congresso de 2003.

A atualização do programa se justifica pelas transformações ocorridas na última década, particularmente o avanço da crise mundial do capitalismo e a ascensão de uma nova etapa da luta de classes internacional, com a ocorrência de manifestações massivas, greves gerais na Europa e EUA, além dos levantes populares no Norte da África e Oriente Médio. Destacam-se ainda a experiência com os governos nacional-reformistas da América Latina e do reformismo do PT no governo federal do Brasil, além das manifestações massivas nos meses de junho e julho de 2013 em nosso país. Além disso, o partido se inseriu na luta de classes, atuando e defendendo as posições proletárias em várias categorias, de modo que houve um crescimento da militância e da elaboração teórica e política do partido como um todo.

Sobre a base do centralismo democrático, o Congresso foi preparado com bastante antecedência, de modo que o Projeto de Programa e as resoluções nacional e internacional foram debatidos por todas as células e regionais, de modo que as células puderam contribuir com emendas, adendos, substituições e correções ao texto original, enriquecendo-o e reforçando a sua unidade. O Congresso iniciou com a apresentação do programa e dos princípios que norteiam o socialismo científico (estratégia, tática, métodos, internacionalismo proletário, reivindicações transitórias e tarefas) e dos fundamentos históricos do programa, seguidos da leitura, discussão e votação das contribuições. Vários militantes foram destacados para apresentar partes do programa.

A militância reconhece avanços consideráveis no programa aprovado pelo Congresso, que contou também com contribuições dos representantes do CERQUI. Na síntese programática, estão expostos os fundamentos do programa do POR, que sintetizam a experiência do socialismo científico e da luta de classes do proletariado e demais explorados, como a estratégia da revolução e ditadura proletária como objetivo histórico, o que significa a luta pela tomada revolucionária do poder político do Estado pela maioria nacional explorada, sob a direção do proletariado e a sua constituição como classe dominante. Essa estratégia se contrapõe às inúmeras correntes centristas e reformistas que aspiram chegar ao poder do Estado burguês pela via eleitoral-parlamentar (governo dos trabalhadores), servindo de instrumento para o gerenciamento dos interesses gerais dos capitalistas.

O programa caracteriza o Estado burguês como instrumento para a manutenção do domínio de classe e da violência sobre os explorados e coloca a necessidade da sua destruição e constituição do Estado operário. Realça o método da ação direta das massas (greves, manifestações, ocupações), ao qual deve estar submetida a intervenção nas eleições e no parlamento. Por meio da agitação, da propaganda e da organização, o partido atua no seio da luta de classes incentivando os instintos de revolta dos explorados, procurando dar unidade às diversas lutas e generalizando-as. Partindo das reivindicações imediatas, formula as reivindicações transitórias que levam as massas a se chocarem com os governos e o Estado. Portanto, coloca a perspectiva da Revolução Proletária como a via para a resolução das questões que afetam diretamente o proletariado e demais explorados. No Brasil, a Revolução Proletária tem um caráter combinado, em razão da estrutura econômica e social do país, determinada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado. As tarefas democráticas pendentes

não resolvidas pela burguesia nacional (soberania, unidade nacional, reforma agrária, desigualdades regionais, industrialização e analfabetismo) passam a fazer parte da revolução proletária e se entrelaçam com as tarefas socialistas (socialização dos meios de produção, planificação da economia, controle operário da produção, monopólio do comércio exterior).

O programa se funda no internacionalismo proletário, que tem suas raízes no caráter mundial do capitalismo e da classe operária. Coloca a necessidade de construção das organizações revolucionárias nos vários países e a reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Objetiva-se com esta tarefa a superação da crise de direção política aberta com a degeneração da Revolução Russa e a destruição da III Internacional pelo estalinismo, que levou à burocratização dos partidos comunistas em todo o mundo. O congresso discutiu a caracterização programática do estalinismo como agentes da contrarrevolução - socialismo em um só país, revolução por etapas, frentes populares, via pacífica e política de coexistência com o imperialismo.

Na parte dos fundamentos históricos do programa, avançou-se na caracterização da crise mundial do capitalismo, em sua fase imperialista, época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, e na análise do processo de desintegração da URSS e do Leste Europeu, além da restauração capitalista em curso na China e em Cuba. Avançou-se também na caracterização do desenvolvimento histórico e econômico do Brasil, que passou da condição de colônia a semicolônia, processo que se deu no momento de transição do capitalismo mundial de sua fase concorrencial à fase imperialista.

O programa presta particular atenção à formação e desenvolvimento da classe operária e demais classes sociais (classes médias e burguesia). Expõe as experiências dos explorados com o estalinismo (PCB) e com o nacional-reformismo. Mostra o esgotamento e fracasso do programa estalinista da revolução democrático-burguesa e da aliança com a burguesia. O programa destaca a importância da Oposição de Esquerda trotskista em nosso país, que constituiu as bases programáticas da crítica ao estalinismo e do caráter da revolução, mas não conseguiu se enraizar na luta de classes e constituir o partido-programa.

Por fim, o programa dá especial atenção à experiência com o reformismo do PT, há dez anos à frente do Estado burguês. Demonstra o fracasso do reformismo em romper com a submissão do país aos ditames das potências imperialistas, dos monopólios e do capital financeiro, a limitada política do assistencialismo, o impacto da crise mundial do capitalismo na economia brasileira, o papel do governo Lula e Dilma ao socorrer os capitalistas em crise, a aprovação das reformas antipopulares da previdência, sindical e trabalhista, a estatização da CUT e a política de colaboração de classes das Centrais e sindicatos burocratizados, além da repressão e criminalização das lutas sociais, como as greves de operários, as greves de servidores e professores e as manifestações nos meses de junho e julho de 2013, deixando claro o caráter burguês do governo petista.

A experiência com o reformismo petista mostra a necessidade de construção do Partido Operário Revolucionário (POR) e seu enraizamento na luta de classes, única via para superar a crise de direção revolucionária em nosso país e independizar os explorados da influência do reformismo. O programa aprovado no XII Congresso é parte da construção do POR e da reconstrução da IV Internacional.

Ao final do XII Congresso foi eleita a direção nacional e feitas saudações pelo representante do POR boliviano e pela militância porista, destacando, sobretudo, a importância do Congresso para armar a militância para as tarefas da luta de classes em curso.

XII Congresso do POR do Brasil**Em frente, Camaradas. O futuro é nosso!****Ulisses – Partido Operário Revolucionário – Bolívia**

O POR é a única tendência no Brasil que assumiu o caminho da estruturação de um partido revolucionário sobre a base de um programa, que seja o resultado da aplicação do método marxista (materialismo histórico) à realidade do Brasil. Compreende-se que as particularidades nacionais são o resultado da refração das leis gerais do capitalismo em um contexto histórico, geográfico e cultural particular e que a revolução proletária em nossa época é nacional por sua forma e internacional por seu conteúdo.

O programa aprovado não é um amontoado de citações livrescas extraídas de textos dos clássicos do marxismo ou a cópia mecânica da experiência política de outros países. É o resultado de 23 anos de trabalho de compreensão da realidade e de colocar a prova as conclusões obtidas por meio da ação dos militantes empenhados em penetrar no proletariado e nas massas oprimidas do Brasil. A partir daí se confirma que o Brasil, apesar de ser a economia mais desenvolvida da América do Sul, continua sendo um país capitalista atrasado e semicolonial, onde a economia combinada (coexistência de formas de produção pré-capitalistas com a capitalista moderna) é a forma como se concretizou o desenvolvimento capitalista no País.

O campo brasileiro é o cenário em que se concentra o atraso do país e as profundas e violentas contradições da economia combinada. Coexistem a pequena agricultura familiar, de características pré-capitalistas, com a grande propriedade capitalista, altamente mecanizada e tecnicizada, de altíssima produtividade e destinada fundamentalmente ao mercado externo e vinculada a grandes investimentos do capital financeiro imperialista. No seio dessas relações econômicas se desenvolve o proletariado agrícola, que, entre permanentes e temporários, soma cerca de 4 milhões de pessoas. Nas fronteiras dessas explorações capitalistas modernas, sobrevivem, em meio à miséria, cerca de 2,5 milhões de pequenos proprietários, imersos na exploração individual familiar em pequenas propriedades, cuja economia é essencialmente de sobrevivência. Por outro lado, desenvolve-se em determinadas regiões uma camada de pequenos e médios

proprietários, que têm acesso a maquinização, empregam mão-de-obra assalariada e se vinculam principalmente ao mercado interno. Há também uma grande massa de camponeses sem terra, voltada a conquistá-la por meio da ocupação de terras. Em certas regiões do país, ainda perduram latifúndios de velhas relações patriarcais de produção. Embora a colonização tenha dizimado centenas de etnias indígenas, as que sobreviveram lutam pela terra e pela afirmação de sua nacionalidade.

De uma população total de 200 milhões de habitantes, o vigoroso operariado industrial do Brasil, criatura do desenvolvimento capitalista no país, impulsionado pelos gigantescos investimentos de capital financeiro imperialista, ultrapassa 16 milhões de trabalhadores. Seu núcleo fundamental está concentrado em São Paulo e politicamente no ABC, que joga o papel de vanguarda da classe, cuja maioria é formada pelos metalúrgicos. Quando o instinto comunista deste proletariado se voltar para a ação política consciente, revolucionária, orientada a pôr em pé seu próprio governo, expulsando a burguesia e as multinacionais exploradoras, terá chegado a hora final do capitalismo não só no Brasil, mas em toda a América do Sul.

O POR brasileiro luta para penetrar no proletariado. Acumula experiência política e organizativa para essa tarefa fundamental, sem a qual não é possível o proletariado encarnar a revolução. Trabalha para que em uma situação em que o proletariado manifeste seu instinto comunista possa fundi-lo com a ciência marxista. As condições vêm evoluindo nesse sentido, com a agudização da crise econômica mundial, cujas repercussões no Brasil são poderosas. Observa-se que há sinais de esgotamento da política colaboracionista e reformista do PT no poder. O POR segue minuciosamente a evolução política do país. A maturidade do programa impede a tentação de separar a análise da conjuntura da perspectiva histórica, a tática da estratégia. Esses traços tão característicos de todos os oportunistas e revisionistas do trotskismo são combatidos pelo POR.

Em frente camaradas, o futuro é nosso!

Viva o Comitê de Enlace! Viva a IV Internacional!

Nossa participação no Congresso do POR/seção Brasil**Ramon – Partido Operário Revolucionário – Argentina**

O programa foi a questão central do Congresso. Este foi preparado com suficiente tempo para que pudesse expressar a maturidade política alcançada em 23 anos de trabalho e refletir a prova da luta de classes de suas primeiras formulações programáticas, que se mostraram corretas. É a confirmação das primeiras recomendações de Guillermo Lora quando começamos a pôr em pé o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI): a organização deve estabelecer suas bases programáticas, estruturar-se sobre a base do centralismo democrático desde o início, realizando regularmente seus congressos, funcionando em células, selecionando a sua direção e lutando por vincular o trabalho político com o movimento de massas.

O Partido encarnou uma tese fundamental do trotskismo: o partido é o programa. O Partido está se construindo sobre

a base de sólidos princípios programáticos. A preparação e o Congresso funcionaram como uma escola do comunismo. A qualidade do debate político e a disciplina dos trabalhos são, sem dúvida, o produto do desenvolvimento ideológico alcançado.

Esta é a diferença de raiz entre os revolucionários e os revisionistas (centristas), que depreciam a construção do programa e sua contínua atualização.

Um fato de grande importância como método de trabalho internacional foi a discussão da proposta de atualização do Programa do POR-Brasil no Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que estudou e debateu coletivamente os documentos.

Viva o Congresso do POR Brasil!

Viva a IV Internacional!

Publicamos abaixo trechos de uma carta de um militante que discute seu ingresso no POR. Transcrevemos apenas algumas passagens em razão do acúmulo de artigos deste número do Jornal Massas. Acreditamos que as passagens selecionadas expressam o fundamental de seu pensamento. A construção do POR no estado de Pernambuco é imprescindível.

Mensagem ao Comitê Central do POR - Partido Operário Revolucionário – a seus quadros, Militantes e observadores, por ocasião do seu XII congresso

Desejo efusivamente felicitações e pleno êxito na realização do XII congresso do POR – Partido Operário Revolucionário – os congressos partidários, quando se tratam de partidos revolucionários do proletariado, são capítulos riquíssimos de sua vida partidária, que refletem neles como fenômenos sociais que são todas as contradições da vida social e que mutuamente exercem entre si uma poderosa inflexão e representa um salto à diante em todos os aspectos do ideológico, ao teórico, ao político e ao organizativo etc.

O XII congresso do POR se inscreve em um momento histórico crucial. (...) O imperialismo somente poderá dar uma sobrevida a seu sistema moribundo mantendo os povos e nações oprimidas em estado de guerra permanente, movimentando sua máquina carniceira, sua diplomacia chantageira para estender e aprofundar sua intervenção geoestratégica no Oriente Médio, a balcanização da África (...)

O XII congresso também reflete o papel do oportunismo petista que, triunfando no nosso país há mais de uma década, revela o enfado, a exaustão de seu arsenal demagógico e coloca-se como

parte da crise de decomposição do velho estado das oligarquias de burgueses, latifundiários e serviçais do imperialismo (...)

As jornadas de junho de 2013 com protestos, greves embaixes de rua e selvagem repressão são efeitos externo e interno de um conjunto de contradições que estão pondo as classes, grupos e forças em movimento, é apenas o prelúdio do que poderá vir em 2014, é apenas o torvelinho, de tormentas que se apresentam insinuantes em uma perspectiva não muito longínquas, preparemo-nos todos e cada um para o que se avizinha no horizonte e potenciemos a empreitada da construção do partido/programa em nosso país.

Novamente repito o desejo de enriquecimento e sucesso do vosso partido, fruto de um vivo debate de ideias, embates de posições e enfrentamento dos imbricados problemas que se apresentam para o vosso partido de múltiplas naturezas.

Saúdo a direção central em nome de todo sistema de direção do partido, os quadros, os militantes e observadores.

Um bom e dedicado trabalho.

Saudações comunistas e revolucionárias.

Escola de Quadros do POR prepara a militância para intervir na luta pela revolução agrária e pela autonomia universitária

Nos dias 13 e 14 de janeiro, o POR realizou mais uma escola de quadros, contando com militantes de vários estados. No primeiro dia, discutiu-se a questão agrária no Brasil e, no segundo, a luta estudantil pela autonomia universitária. Em ambos, combinou-se a teoria com as experiências das lutas concretas do passado e presente. O fato de expressarem a tarefa de unificar a maioria nacional, sob a direção do proletariado, os dois temas se mostraram decisivos para o desenvolvimento da linha política do partido. As reivindicações de reforma agrária do movimento camponês e autonomia universitária são tarefas democráticas não resolvidas, que, sob a etapa imperialista, passaram para as mãos do proletariado.

A tarefa da revolução Agrária

Para a compreensão da questão da terra, foram estudados extratos do *Programa Agrário*, de 1905-1908, de Lênin; e, de Trotsky, extratos de *A questão do programa*, de 1938; *As três concepções da Revolução Russa* e *A Revolução Permanente*. Foi apresentado, também, um texto formulado pelo partido expondo a estrutura agrária do Brasil, as relações de classe e as transformações nas últimas décadas com a penetração da agroindústria e fortalecimento do agronegócio.

As formulações de Lênin referiam-se a uma situação particular em que na Rússia ainda imperavam relações feudais e semif feudais no campo. Não é o caso do Brasil, em que as relações capitalistas de produção estão estabelecidas. No entanto, os fundamentos marxistas do programa elaborado por Lênin contém aspectos gerais sobre

a questão agrária e as relações de classe no campo. São aplicáveis nas condições atuais do Brasil. Como se vê, a escola de quadros não esteve voltada a compreender todas as particularidades da situação russa, mas sim em assimilar a essência programática e verificar sua aplicabilidade. Eis alguns dos pontos:

1. Os camponeses não podem realizar a revolução agrária sem eliminar o velho poder, o exército permanente e a burocracia, pois são baluartes da propriedade latifundiária, a que se encontram ligados por milhares de laços. Por isso, carece de base científica a ideia de uma revolução camponesa que só democratize as instituições locais, sem destruir totalmente as instituições centrais.
2. E como a produção mercantil não une nem centraliza o campesinato, antes o diferencia e o desune, a revolução camponesa só é realizável em um país burguês sob a direção do proletariado, circunstância que faz com que a mais poderosa burguesia do mundo se levante com maior razão contra essa revolução.

Discutiu-se o princípio de que o programa socialista não comporta a defesa de nenhum tipo de propriedade privada. A aspiração camponesa pela terra, que se expressa na reivindicação de reforma agrária, tem de ser apoiada pelo proletariado sempre que estiver em contraposição à opressão da grande burguesia. É pela via da luta de classes que se estabelecerá a aliança operária e camponesa e se amadurecerão as condições de luta pela conquista de um governo operário e camponês. No Brasil está colocado, portanto, uma revolução agrária, que fará parte

da transformação da grande propriedade capitalista dos meios de produção em propriedade socialista. A reforma agrária é o subproduto dessa transformação estrutural. Está claro o fracasso do programa de reforma agrária dos nacionalistas e reformistas. Esta concluiu na forma de limitados assentamentos, provenientes da desapropriação de terras improdutivas mediante altas indenizações.

Dos textos de Trotsky, a escola de quadros ressaltou os seguintes aspectos:

1. O importante é que compreendamos e façamos que os outros compreendam que os camponeses, os camponeses explorados, não podem escapar à mais completa ruína, degradação e desmoralização senão através de um governo operário e camponês e que tal governo nada mais é do que a ditadura do proletariado, que esta é a única forma possível de governo dos operários e camponeses.
2. Devemos compreender que os camponeses, uma herança do sistema de produção medieval do ponto de vista econômico, não podem ter um papel dirigente na política. Apenas os operários podem dirigi-los. Devemos dizer-lhes: vocês não devem eleger como aliados os burgueses, e sim os operários, que são seus irmãos... O governo dessas duas forças será um governo, um governo de operários e camponeses pobres, não o de todos os camponeses, mas o dos camponeses pobres.

A escola de quadros se ateve a essas formulações estratégicas e táticas da revolução agrária. Um dos aspectos de seu conteúdo é o de que a revolução agrária faz parte da luta do proletariado para conquistar o poder. E só poderá cumprir esse objetivo tomando em suas mãos as tarefas democráticas que o capitalismo de economia atrasada e semicolonial não pode realizar.

Quanto ao texto elaborado pelo partido, a escola de quadros destacou os dados estatísticos mais recentes e fundamentais da estrutura agrária, das relações de classe e do avanço da agroindústria. Verificou-se que o desenvolvimento das relações capitalistas no campo amadurece ainda mais as premissas para as transformações socialistas, por um lado, e obriga os camponeses a enfrentar não apenas o velho latifúndio, mas também a sua crescente subordinação ao agronegócio, por outro lado. Chegou-se à conclusão de que é preciso estudar mais cuidadosamente as alterações na economia agrária e determinar com precisão o conteúdo da revolução agrária e da aliança operária e camponesa.

Estudo do dia 14

A luta estudantil pela Autonomia Universitária

O estudo sobre a autonomia partiu de extratos do livro Problemas da Reforma Universitária, de Guillermo Lora, que traz as conclusões sobre o radicalizado movimento estudantil boliviano, em 1970. Outra parte do estudo contou com elaboração da experiência do POR do Brasil, com a síntese do programa para a universidade e a demonstração da recente luta dos estudantes da USP pela autonomia universitária. Destacou o fato da assembleia que decretou a greve ter aprovado a bandeira de governo tripartite, assembleia universitária e revogabilidade do mandato, defendido pelo POR. Eis alguns conclusões da escola de quadros:

1. A universidade possui um caráter de classe. É parte da superestrutura e está sob domínio da classe dominante. A burguesia expressa-se, em seu interior, por meio da burocracia universitária.

2. A autonomia universitária é uma bandeira democrático-burguesa não cumprida pela burguesia dos países semicoloniais. Passa a ser assumida pelo proletariado em sua luta pela destruição do capitalismo.
3. A autonomia universitária é circunstancial e histórica. Com a substituição do Estado burguês pela ditadura do proletariado, a bandeira perde sua vigência. Na construção da sociedade sem classes, todas as forças da sociedade serão colocadas sob a direção do Estado Operário para desenvolver as forças produtivas e combater a contrarrevolução.
4. A disputa por verbas e privilégios leva a divisões interburocráticas. Por ser o governo de uma minoria em favor da minoria, a burocracia exerce o poder de forma autoritária, recorre à repressão. Os mecanismos antidemocráticos de eleição perpetuam o poder da casta burocrática. Esta aplica políticas de elitização e privatização.
5. A burocracia universitária se apoia na categoria docente. A vinculação desta categoria à universidade como meio de vida (assim como os funcionários) faz com que tenham interesses corporativistas quanto à universidade. A casta docente se submete às imposições do governo, possui uma arraigada mentalidade privatista.
6. Os estudantes comparecem como força revolucionária. Seu vínculo com a universidade se dá com a finalidade de sua formação. É mais sensível à política proletária e avanço da luta de classes. Para esta tendência se efetivar, depende da ação do partido operário revolucionário, que deve constituir uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil. Esta fração explica, dá conteúdo, organiza e projeta a luta estudantil. A unidade com a classe operária e a direção da massa estudantil pelo partido operário revolucionário são condições para a conquista da autonomia real.
7. A experiência do movimento pela Reforma Universitária, na Bolívia em 1970 e a recente luta estudantil da USP, em 2013, são conquistas programáticas do POR. São laboratórios vivos que confirmam nossas teses.
8. A bandeira porista de governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com mandatos revogáveis foi aprovada pelos estudantes em assembleia. Evidentemente, trata-se de popularizá-la e enraizá-la profundamente no movimento estudantil.
9. Contra a bandeira proletária, erguem-se as bandeiras democratizantes que correspondem às ilusões pequeno-burguesas de se apoiar nas disputas interburocráticas para ampliar sua participação na estrutura de poder da universidade. A bandeira da estatuinte é uma fórmula criada pela burocracia e defendida pelos centristas como instrumento de democratização pela via legislativa. Contrapõe-se à assembleia universitária, instrumento de poder das massas em luta.
10. As lutas parciais levam os estudantes a se erguerem contra a burocracia universitária e a se apoiarem na juventude que está fora da universidade, para conquistar o direito democrático de acesso à educação e em defesa de suas condições de vida.
11. É necessária a construção de uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil que expresse a política do proletariado. Somente assim será possível impor autonomia universitária e o controle da educação por quem estuda e trabalha.

Economia brasileira diante do impasse

O Banco Mundial divulgou uma previsão sobre a economia brasileira e mundial. O Brasil deverá crescer 2,4% este ano, e o PIB mundial, 3,2%. A média de crescimento prevista para os países chamados de “em desenvolvimento” é de 5,3%. O Banco Central brasileiro prevê um índice menor para o Brasil: 1,99%. Nesse quadro apresentado pelo Banco Mundial, dentre os países “em desenvolvimento”, o Brasil só ganha de Irã e Egito, ficando muito abaixo da média desses países e ainda abaixo da média mundial.

O Banco Mundial se apóia na previsão de retomada de crescimento da economia norte-americana, estimada em 2,8% para 2014. Essa previsão se baseia na política de contenção do déficit público, estímulo ao consumo (85 bilhões de dólares mensais despejados pelo banco central – FED – na economia) e alta nas taxas de juros dos títulos ianques, que assim atrairiam fortes investimentos externos. Quanto à Europa, a previsão é de crescimento vegetativo de 1,1%. A China avalia um crescimento menor para a próxima década, e tem se voltado ao estímulo do consumo interno para compensar a desaceleração causada pela queda das exportações. O Japão não tem previsão de melhora na economia antes dos dois próximos anos.

Esse breve quadro é importante para se verificar como as previsões estão concentradas na capacidade da maior economia do planeta reverter as tendências recessivas gerais.

A contenção do déficit público ianque depende da renovação e ampliação dos acordos entre democratas e republicanos, negociação que tem se mostrado difícil e gerado impasses nos últimos meses. O FED anunciou que reduzirá os estímulos à economia. A atração de dólares para o país tende a aumentar o investimento, mas pressiona a moeda para baixo, dificultando o comércio com os demais países, ou seja, as exportações.

Ainda que a economia ianque puxe para cima a economia mundial, é preciso ver como isso vai influenciar o Brasil.

A economia brasileira vem sofrendo aprofundamento de seu atraso relativo às potências. A exportação de manufaturas teve um déficit em 2013 de mais de 100 bilhões de dólares. Mesmo com o superávit do setor agroindustrial, de quase 90 bilhões, gerou resultado geral negativo. O nível de emprego industrial caiu 1,1% em 2013, que só se manteve positivo no geral por conta da expansão dos serviços. A inflação segue crescendo, aponta para 5,91% em 2013. O Banco Central age com um único mecanismo de contenção: a elevação das taxas de juros.

A política econômica do governo vai mostrando esgotamento. Diante da crise mundial, deflagrada em 2008, passou-se ao incentivo do consumo, principalmente dos setores automobilístico e da linha branca (eletrodomésticos). Essa política circunstancial evidenciava seu limite no endividamento da população, que hoje atinge a maior parte dos salários. Mas ela também agravou tendências presentes na economia: o aumento do consumo favoreceu as importações, em todos os sentidos possíveis. Primeiro, com câmbio favorável às compras, aumentou o consumo de produtos, o que incentivou a associação de capitalistas nacionais com multinacionais ao redor da importação. Segundo, para aumentar a produção, elevou-se a compra de máquinas importadas, o que quebrou a indústria de máquinas nacional. Terceiro, favoreceu a desnacionalização da economia, com o barateamento da aquisição de setores inteiros.

Nos últimos meses, sob a pressão de industriais nacionais, o governo tem estimulado a alta do dólar, que pulou de R\$ 2,15 em outu-

bro para R\$ 2,40 hoje. Os empresários reivindicam o dólar a R\$ 3,00, para favorecer as exportações. O problema é que a alta do dólar pressiona fortemente a inflação, tanto pela pressão direta sobre os preços, controlados pelas multinacionais do comércio varejista, quanto pela elevação formal dos preços dos produtos importados. E uma inflação com tendência de alta age como freio aos investimentos e ao consumo. Como desvalorizar a moeda sem causar a alta dos preços? Como conter a inflação e desvalorizar a moeda ao mesmo tempo?

Não se trata, como criticam os comentaristas econômicos burgueses, de falta de visão. A economia brasileira, país capitalista atrasado e de economia combinada, ocupa na divisão mundial do trabalho o papel de produtor de matérias-primas. A elevação da produção agroindustrial corresponde a esse papel, ou mais precisamente, ao agravamento desse papel. Os países capitalistas industrializados, exportadores de capital, procuram controlar as fontes de matérias-primas mantendo uma relação de opressão sobre os países produtores. E controlam o mercado mundial de manufaturas de acordo com as necessidades internas de produção industrial e comércio internacional. A retração da indústria brasileira segue essas tendências gerais. A falta de investimentos em infraestrutura, o peso dos impostos na produção, etc. correspondem ao domínio dos setores chave da economia pelas multinacionais e ao sustento do parasitismo financeiro do Estado.

As manobras do banco central norte-americano, de expansão do crédito e de alta dos juros, visam a pressionar o consumo e a aumentar os investimentos externos artificialmente. Criam novas condições para o agravamento da crise mais adiante. Quanto aos países semicoloniais, estes sofrerão com a fuga de capitais para os EUA, reduzindo os investimentos e pressionando a inflação para cima, junto ao dólar.

O Brasil não tem como se safar dessa situação por meio de políticas econômicas. Por isso, mesmo num ano de eleições e Copa do Mundo no país, não se apontam tendências de crescimento expressivo, mas apenas vegetativo. Há setores chave da economia em ritmo de preparação para novas crises: a alta dos preços dos imóveis, por exemplo, acompanhada de elevação do crédito disponível, estabelece uma corrida típica de pré-crise. Tende a se manifestar como insolvência e brutal desvalorização de capital (chamada de “estouro da bolha”). A alta dos preços dos serviços (em média de 7% ao ano) tende a criar um limite para a expansão do emprego no setor, que tem compensado paliativamente a retração no emprego industrial.

A disputa interburguesa ao redor da política econômica está condicionada no momento pela disputa eleitoral. A possibilidade do governo encontrar um meio de satisfazer setores capitalistas descontentes depende de medidas antipopulares, que coloquem o custo delas sobre os assalariados. Por exemplo, a desvalorização do Real frente ao dólar, a elevação dos preços dos combustíveis, novos ataques à previdência e cortes de direitos trabalhistas tendem a ser adiados para depois da temporada de caça aos votos. Mas podem ser antecipados em parte por pressão da crise econômica.

As massas necessitam de se preparar para enfrentar as medidas de ataque às suas condições de vida. A defesa das reivindicações de salário mínimo real reajustado de acordo com a inflação (com escala móvel de salários) e emprego a todos (escala móvel de horas de trabalho) devem encabeçar um sistema de reivindicações a ser defendido pelo método da ação direta, unitária e independente das massas contra os capitalistas e seu governo.

João Pedro Stedile explica o impasse da reforma agrária

Sobre a aliança do governo Dilma com setores do agronegócio

Inicia sua entrevista ao jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com a seguinte avaliação: “Infelizmente, o balanço da reforma agrária durante o Governo Dilma é negativo. Vergonhoso, diria. Porque, em termos estatísticos, neste ano foram desapropriadas fazendas para apenas 4.700 famílias, que é menos do que o general Figueiredo fez no seu último ano.”

É sintomática a comparação de Stedile entre o governo do PT e o último governo da ditadura militar. Revela desilusão tardia e mágoa. O MST fez campanha eleitoral para que Lula fosse sucedido por Dilma e o PT permanecesse com a presidência da República. Não poderia, portanto, ser tão desprestigiado pelo seu maior aliado político.

Nota-se, na entrevista, que o líder máximo do MST evita entrar no mérito das posições de Dilma. Eis a única referência: “(...) o governo Dilma representa uma composição de forças, que no caso do campo tem ampla hegemonia do agronegócio, basta dizer que a senhora (senadora) Katia Abreu, representante máxima do atraso do latifúndio de Tocantins, é da base do governo e se reúne com frequência como a Presidenta.”

Stedile cita três causas para explicar o retrocesso dos assentamentos. A composição de força favorável ao agronegócio no seio do governo comparece como terceira causa. Trata-se de uma constatação evidente. Basta um pouco de politização e de acompanhamento do noticiário para qualquer pessoa saber que Dilma procurou se aproximar de setores antes hostis ao lulismo – é o caso de Kátia Abreu. Mas os acontecimentos mostraram que as hostilidades eram conjunturais e particulares.

O governo de Lula também impulsionou o agronegócio e realizou centenas de assentamentos. Anteriormente, o governo de Fernando Henrique Cardoso também optou por essa política. Os latifundiários e o agronegócio não viram a administração de Lula como um perigo para suas propriedades. Pelo contrário, se convenceram de que com o PT no poder e com o apoio da direção do MST à política de assentamentos de Lula se chegava à paz no campo. Sob o governo de FHC, os choques entre camponeses e latifundiários se elevou às alturas. Sob Lula, desceu à ré do chão. E, agora, sob Dilma, rasteja.

Ocorre que o MST se submeteu à aliança do PT com partidos da oligarquia latifundiária. A vinda de Kátia Abreu para a base governista foi possível justamente porque essa aliança já existia desde o governo Lula, apenas foi reforçada com Dilma.

Stedile não tem interesse em demonstrar a origem e o desenvolvimento da aliança do PT, sob a condução de Lula, com setores da oligarquia fundiária e do agronegócio, para não expor a traição da direção do MST à aspiração dos camponeses de retomada de suas terras.

Sobre o avanço da agroindústria

Uma das causas fundamentais é a do poderio da agroindústria. Nas palavras de Stedile: “Primeiro, há uma avalanche do capital internacional sobre os recursos naturais brasileiros”.

É evidente que as multinacionais que exploram a agricultura e controlam a mais desenvolvida tecnologia passaram a ser determinantes nas formas de produção e na conservação da estrutura agrária concentrada. Tiveram um grande impulso nas últimas décadas. Mas, desde os anos 70, a ditadura militar atuou no sentido de modernizar a agricultura por meio da agroindústria.

Passou-se a combinar o velho sistema agropecuário com o novo agroindustrial. Onde as pequenas e médias propriedades surgiam como obstáculos eram expropriadas e os camponeses, expulsos, transformados em sem-terra e parte proletarizado. Onde poderiam ser utilizados em favor dos interesses capitalistas, foram mantidos como pequenos e

médios proprietários. No futuro, poderão ter o mesmo destino que os demais camponeses.

Trata-se do impulso das mais genuínas relações de produção capitalistas na agricultura. Está aí por que se criou um proletariado agrário qualificado, ainda que numericamente pequeno se comparado com antigo agricultor assalariado, que continua servindo à exploração.

A agroindústria não apenas reforça a opressão burguesa sobre o campesinato pobre e os indígenas, mas também traz consigo o fortalecimento do proletariado, classe revolucionária que irá pôr fim à sociedade de classes. É progressiva a formação do proletariado agrícola moderno.

Stedile simplesmente desconhece o proletariado agrícola e sua importância decisiva para livrar definitivamente os pobres do campo do jugo burguês. Não se empenha em compreender que somente o proletariado tem como resolver a tarefa democrática da reforma agrária. Assim, o MST se arrasta por trás da política burguesa de desapropriação de terras improdutivas, com indenização e assentamentos.

Essa via não é incompatível em geral com o latifúndio e com a agroindústria. Certamente, em determinadas situações em que o capital necessita se expandir, pode se mostrar contraditória. Os assentamentos são realizados de forma a evitar que os conflitos de interesse do agronegócio com os assentados estejam imediatamente presentes. O Estado burguês pode lançar mão dessa política agrária, mas cada vez mais a via dos assentamentos se mostra esgotada.

As mudanças na economia agrária estão na dependência da expansão da agroindústria, que para isso conta com a grande produção e, portanto, com imensas extensões de terra. Essa é a tendência irresistível, enquanto perdurarem as relações capitalistas de produção.

A reforma agrária, não por acaso, comparece como fora de lugar e regressiva. Mas o MST não a defende em sua forma original proveniente das revoluções democrático-burguesas. Sob seu rótulo, subordina os camponeses à pior das soluções, que são o assentamento a conta-gotas das famílias em terras consideradas improdutivas, devolutas e griladas.

Boa parte dos assentados se vê obrigada a abandonar o pedaço de terra. A maioria dos que resistem às tremendas dificuldades sobrevive na extrema pobreza.

Com base nos dados de que 1,25 milhão de famílias foram assentadas em 88 milhões de hectares, perfazendo 8,8 mil assentamentos, o governo Dilma chegou à conclusão de que se estava desperdiçando dinheiro público e não resolvendo a situação de miséria dos camponeses. O ministro Gilberto Carvalho sintetizou a posição do governo petista dizendo que se criaram favelas agrárias.

É certo que não se formou uma camada florescente de camponeses assentados, salvo exceções. Em terras inóspitas - distantes dos mercados, cultivadas por famílias sem recursos e isoladas pela agricultura capitalista -, não poderia se levantar uma massa de pequenos proprietários abastados. Caso essa via fosse vantajosa economicamente, 1,25 milhão de famílias impulsionariam as forças produtivas e serviriam aos interesses gerais da burguesia. Mas não podem cumprir esse papel nas condições em que domina o processo de subordinação do campo à cidade por meio da agroindústria e de concentração capitalista da produção.

A redução da importância das velhas relações de propriedade, de produção e de classes herdadas do passado colonial e transformadas pelo desenvolvimento capitalista devido à penetração da agroindústria trouxe novos problemas. Tornou-se impossível aos camponeses levantar a bandeira da reforma agrária sem que esta esteja subordinada à luta pela expropriação revolucionária da grande indústria. Boa parte dela está nas mãos das multinacionais e do capital financeiro.

A burguesia agrária brasileira se viu obrigada a se sujeitar ao agronegócio controlado desde fora pelas forças econômicas do imperialismo.

A velha dependência ao mercado mundial também sofreu mutações com a elevação dos produtos agrícolas a condição de commodities e a estruturação do agronegócio totalmente vinculado ao capital financeiro internacional.

Stedile sabe onde está o novo obstáculo para a libertação dos camponeses da miséria e da opressão. Mas é inconsequente. Vejamos essa passagem de sua entrevista: “A forma do capital internacional e financeiro de se apoderar de nossos recursos naturais e da agricultura é através de seu braço econômico que são as empresas multinacionais do agro. Elas controlam os insumos como sementes e adubos, controlam a tecnologia, as máquinas e depois controlam o mercado das commodities, impondo seus preços e ficam com maior parte do lucro gerado na agricultura.”

Corretíssimo! As multinacionais se apoderaram das forças produtivas agrárias. O que fazer para proteger a economia nacional e resolver a situação dos milhões de camponeses, que estão presos às velhas relações de produção no campo?

O MST tem respondido com a política de assentamento e contado com a maior ou menor disposição dos governos burgueses em promovê-la. Por esse caminho, os líderes dos sem-terra desviam a luta de classes das tarefas fundamentais colocadas pelo avanço das relações de produção capitalista na agricultura na forma monopolista. **O proletariado nacional, agora fortalecido pela criação do operário agrário vinculado à agroindústria, e o campesinato oprimido estão em melhores condições para se unirem sob o programa revolucionário de expropriação e estatização da agroindústria e sob a tarefa democrática de acesso dos pobres do campo à terra.**

Sobre a agroecologia – 6º Congresso do MST

Stedile informa que no Congresso do MST, que será realizado entre os dias 10 e 14 de fevereiro, se discutirá um novo programa de reforma agrária. Explica que se trata modificar o seu caráter, de maneira a interessar a todo o povo e não apenas aos camponeses. Eis sua formulação: “Uma reforma agrária que não se preocupe em salvar os sem-terra, mas que priorize a produção de alimentos, sadios, sem agrotóxicos. Que se preocupe com uma nova matriz tecnológica da agroecologia, que consiga produzir sem desequilibrar a natureza.”

De fato, em outubro, o MST publicou um resumo sobre aspectos preparatórios do 6º Congresso, intitulado *Reforma Agrária popular, por terra e soberania alimentar*, assinado por Miguel Stedile. Foi acrescido o adjetivo “popular”.

No entendimento da direção do MST, popular quer dizer que vai além dos interesses dos camponeses de acesso à terra. Miguel Stedile assim conceitua: “O componente popular dessa proposta aponta que as medidas são voltadas, em primeiro lugar, para atender aos interesses do povo – e não do mercado ou do capital.”

Com as noções de agroecologia e do pressuposto de soberania alimentar, os ideólogos do MST julgam estar fazendo uma virada em seus objetivos e sua política. Miguel Stedile transparece a avaliação de que a via dos assentamentos se esgotou. E que é preciso uma reforma estrutural. Como tal, não depende do apoio de setores da burguesia. Será posta em marcha pelos trabalhadores do campo e da cidade.

O que nos parece novo nestas colocações é que a direção do MST estaria propensa a modificar a sua linha original e amplamente desenvolvida de aliança como setores da burguesia. A seguinte formulação talvez venha nesse sentido: “Essa reforma deve ser realizada independente do apoio de setores da burguesia, como no caso da Reforma Agrária clássica, com burgueses interessados em desenvolver o mercado interno.”

É cedo para saber que consequências práticas terá – e se de fato terá. Mas temos a certeza de que as anunciadas mudanças que serão discutidas no 6º Congresso não levarão a direção do MST a romper os seus laços de dependência com o Estado, com determinados partidos da bur-

guesia e com certas instituições que funcionam como aparato da ordem capitalista.

O pretensão novo programa agrário mantém a essência do pensamento reformista da direção do MST. No lugar da oposição do seu antigo modelo agrário baseado na pequena e média propriedade ao modelo baseado na grande propriedade latifundiária, é colocado o modelo da agricultura camponesa agroecológica de pluricultivo em oposição ao modelo agroindustrial capitalista antiecológico de monocultivo.

A noção de modelo é tomada do próprio MST, para mostrar com fidelidade os conceitos manejados pelo reformismo. Em sua descrição sobre as características do agronegócio (monocultura, uso das sementes transgênicas, dos agrotóxicos, etc), Miguel Stedile esclarece: “Chamamos essa forma de organização da agricultura de modelo agrícola.” (...) “É importante percebermos que, ao propormos que os bens e recursos naturais estejam a serviço de toda a população e não sejam privatizados por empresas, assim como quando defendemos que devemos produzir alimentos com qualidade, estamos diretamente batendo contra o centro do modelo do capitalismo”.

Absolutamente subjetivo e, portanto, sem valor econômico, social e histórico a oposição e a rivalidade concebidas pelos ideólogos do MST entre supostos modelos de produção agrária no capitalismo. Com o manejo de tais conceitos, o MST obscurece o fracasso de sua política de obter dos governos assentamentos e de torná-los viáveis. E se envereda pela agroecologia como “modelo” alternativo de enfrentamento ao avassalador processo de subordinação das forças produtivas agrárias à agroindústria e ao agronegócio. Sua direção imagina recuperar o apoio de parte da classe média urbana com as promessas de abastecimento do mercado interno garantido pela agricultura camponesa, pela rejeição aos métodos, técnicas e insumos traçados pelas multinacionais.

Não se trata de modelos. Trata-se do avanço das relações capitalistas de produção no agro brasileiro – e de resto em todo o mundo – sob a forma dos monopólios e dos condicionamentos do mercado mundial. Está aí por que as transformações fundamentais não têm como ponto de partida e não passam pela distribuição de terras e constituição de mais alguns milhões de pequenos proprietários, praticando ou não a agroecologia. O ponto de partida está em transformar as relações de produção capitalistas em relações de produção socialistas.

Nenhum movimento camponês e popular poderá quebrar a espinha dorsal do capitalismo no campo com planos de agroecologia, de “consolidação de matriz agroecológica e de uma “agroindústria sob o controle dos camponeses”. As massas camponesas têm de se aliar ao proletariado e de se colocar sob seu programa de revolução agrária. Caso contrário, ficará a mercê do impotente reformismo pequeno-burguês.

Os agroecologistas não disfarçam seu apego ao capitalismo. Achem que o comunismo fracassou e que as revoluções socialistas fazem parte do século passado. Acreditam que não resta alternativa senão humanizá-lo, contrapondo-se às suas forças destrutivas do homem e da natureza com panaceias. Romantizam um mundo melhor com o triunfo de alternativas capitalistas não tão destrutivas. Procuram suas inspirações em organismos e campanhas da ONU. Vinculam-se às ONGs financiadas pelos exploradores e seus governos. Atacam as multinacionais e a burguesia agrária sedentas de lucro e predadoras da natureza, mas acabam de joelhos diante dessas forças com sua incapacidade de assumir a revolução social.

O 6º Congresso do MST deveria fazer um balanço crítico e autocrítico sobre sua política de subordinação à via dos assentamentos e discutir teses da revolução agrária. Deveria acabar com o corporativismo, constituir uma direção revolucionária e se livrar do profissionalismo burocrático exercido por ideólogos da pequena-burguesia. Deveria discutir a fundo a aliança operário e camponesa e a luta por um governo operário e camponês, que expresse a revolução proletária.

R\$ 46,00 foi o reajuste do salário mínimo - R\$678 para R\$ 724

Milhões de operários, camponeses e aposentados continuarão amargando a miséria e a fome.

No início do ano, Dilma Rousseff oficializou o reajuste do salário mínimo. Sem reação dos sindicatos e das Centrais, o governo colocou em prática sua fórmula de “valorização do salário mínimo”, que corresponde à variação do PIB de 2012 e o INPC de 2013, criada em fevereiro de 2011. Isso significa a incorporação da inflação e o aumento real pela variação do PIB. Ocorre que o PIB de 2012 foi de 1,03%. O que resultou na correção de 6,78%, equivalendo a R\$ 46. Lembramos que essa mudança substituiu o critério anterior estipulado no governo de Lula que permitia reajustes maiores.

O governo do PT procurou se diferenciar dos governos anteriores instituindo a política de “Valorização do Salário Mínimo”. Lula aproveitou a fase de crescimento econômico do País para reajustá-lo em 20%, abril de 2003. Passou de R\$200 para R\$240. Esse foi o maior índice. Mas na realidade representava 1,23% de aumento real. O INPC do período era de 18,54%. O maior aumento real se deu em abril de 2006, 13,04%. Sob o governo Dilma, em 2012 houve um aumento real de 7,59%, passando de R\$ 545 para R\$ 622. E o menor ocorreu em 2011, 0,37%.

O PT e sua burocracia sindical inflam os pulmões sobre a “valorização” (aumento real) de 72,31% do Salário Mínimo nesses 12 anos de governo. Acobertam que esse montante pouco modifica a situação de miséria do enorme contingente que depende do salário mínimo, porque passou de R\$240 para R\$ 724. Na vida do trabalhador, representou R\$ 484 reais divididos em 12 anos. Há que dizer que os cálculos do governo levam em conta o índice oficial de inflação. O custo de vida da maioria explorada é muito superior ao INPC, medido pelo IBGE.

O peso do salário mínimo sobre a população varia de região para região, revelando o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil. No Norte e Nordeste, a grande maioria dos assalariados vive do salário mínimo, 44,2% e 58,2% respectivamente. Enquanto no Sudeste e Sul, os números caem para 20,5% e 19,3%. Mesmo assim, o número de assalariados é grande. Não se trata unicamente de trabalhadores e aposentados da iniciativa privada. Boa parte do funcionalismo municipal das regiões mais pobres tem como piso o salário mínimo.

O valor do salário mínimo contém outro agravante se se levar em conta o custo da cesta-básica. Os R\$724 dão para comprar 2,21 cestas básicas, que está em R\$327,24. O índice mais alto de reajuste do salário mínimo (2006) dava para comprar 1,91 cestas básicas. Foram poucos momentos durante a aplicação da “valorização do salário mínimo” que o trabalhador pôde obter duas cestas básicas.

Os explorados já sentem o amargor do desemprego

Os índices oficiais de desemprego permanecem baixos, para a contabilidade dos capitalistas. Mas a classe operária vem sentido o peso das demissões e a reduzida escassez de novas contratações. É a camada social mais golpeada pela crise econômica mundial e seus efeitos no País. A política governamental de corte de impostos e subsídios ao grande capital, boa parte às multinacionais, não teve como contrapartida a garantia dos empregos. A General Mo-

Como se vê, a “valorização” do salário mínimo não permitiu elevar as condições de vida da maioria explorada. O valor estipulado mal dá para comer, o que dirá para manter uma família com as despesas de moradia, transporte, água, luz, saúde e educação. É um crime da burocracia sindical se calar diante de tamanha miséria ou professar elogios aos 72,31% de aumento real em mais de uma década. O governo petista diz que esse valor é o máximo que é possível conceder. Recorre ao argumento de que um valor maior significaria quebrar a Previdência. Trata-se da mais deslavada mentira. O reajuste para R\$ 724 significa um acréscimo de apenas 12,8 bilhões. Insignificante diante dos 900 bilhões de reais que são destinados ao pagamento da dívida pública.

Defender a vida dos explorados e aposentados

O salário mínimo é de fome e miséria. O Dieese anuncia mensalmente o valor do “salário necessário”, que está em R\$ 2.765,44. Apresenta o dado de que a cesta básica varia de região para região, sendo que o maior valor é de R\$ 327,24 (Rio de Janeiro). Diz que uma família de 4 pessoas deve consumir por mês 6 kg de carne, 7,5 kg de feijão, 3 kg de arroz, 6 kg de batatas, 6 kg de pão, 3 kg de açúcar, 1 litro de óleo, 750 g de manteiga, 600 g de café, 1,5 kg de farinha, 7,5 l de leite, 9 kg de tomate, 7,5 dz de bananas. Trata-se de uma porção insuficiente para as reais necessidades de uma família. Para chegar a esse “salário necessário”, inclui outros itens como moradia, tarifas, saúde, etc.

O Boletim Nossa Classe, órgão sindical do Partido Operário Revolucionário, faz a defesa do salário mínimo vital. O valor deve ser determinado pela classe operária organizada em assembleias. Não é a burocracia sindical que deve determinar o valor, ao contrário, são os que vivem do trabalho e do salário. No cálculo do Nossa Classe, em 2013, o valor deveria ser R\$ 4000,00.

A luta pelo salário mínimo vital permite a unidade da classe operária com os demais oprimidos. Impõe a defesa da vida dos explorados contra a exploração capitalista. É a via do combate à fome e à miséria de milhões. Está aí por que para conquistá-lo implica derrotar a política espoliadora da burguesia e de seus governantes. Implica varrer a burocracia que controla os sindicatos e que serve aos interesses do capital. Essa é uma tarefa que depende da construção das frações revolucionárias, que atuam nos movimentos e nos sindicatos. É desde já que os revolucionários lutam pela vida dos milhões de explorados em nosso país, levantando a bandeira do salário mínimo vital e da escala móvel de reajuste. Ou seja, aumentou o custo de vida, automaticamente o salário é corrigido.

tors de São José dos Campos demitiu 687 operários em dezembro, este é um dos exemplos.

Houve uma queda de 18,6% em relação a 2012, quanto aos empregos com carteira assinada. Foi o pior resultado desde 2003, quando o PT chegou ao poder do Estado. Foram criados, no ano passado, 1,117 milhão de empregos formais. O setor de serviços abrigou essas vagas, compensando a queda na indústria.

A agroindústria, apesar dos altos índices de exportações, gerou emprego irrisórios, 1,8 mil novas vagas. A mecanização e a terceirização dos serviços no campo são os responsáveis pelos baixos índices de contratações.

O governo está confiante de que os serviços continuarão crescendo em função da manutenção de altos índices de consumo. Mas tudo indica que no momento em que a retração industrial refletir no conjunto da economia, os empregos no comércio e nos serviços serão golpeados.

O que os dados indicam

- 1) Que a economia brasileira vem desacelerando. O PIB de 7,5% em 2010 despencou para 0,9% (2011) e agora atingiu 1,8%. Para os trabalhadores, é sinal de tempos difíceis – desemprego, subemprego e aumento da miséria;
- 2) Que o Brasil se tornou mais dependente das potências, que controlam a economia mundial. Certamente, a queda das importações chinesas de commodities brasileiras afetará duramente os empregos;
- 3) Que o setor de serviços é o carro-chefe dos empregos. Isso é a demonstração das contradições do sistema capitalista, onde os serviços superam a produção industrial e agrícola. Revela, também, que esse setor vem sendo controlado pelos monopólios.

Lutar contra a burocracia para defender os empregos

O combate às demissões separa a política da burocracia sindical da dos revolucionários. A burocracia faz vista grossa às demissões. Se as demissões ocorrem em sindicatos que não estão sob seu controle, vira as costas. É o caso da GM de SJC, a CUT e a Força Sindical não movem uma palha, porque ocorre na base da Conlutas. Se as demissões são pontuais, trata-as como naturais. Se ocorrem numa fábrica, isola o problema evitando a unidade dos operários. Como se vê, a burocracia sindical é um obstáculo à luta pelos empregos.

A burocracia sindical age como apêndice do governo e, por isso, exalta a criação de um milhão de empregos em 2013 e acoberta o fato de ser o pior resultado desde 2003. Como controla a quase totalidade dos sindicatos, a classe operária se encontra

687 trabalhadores demitidos na GM de São José dos Campos

Só com o programa proletário é possível lutar pelo emprego

A General Motors (GM) demitiu 687 trabalhadores da planta de São José dos Campos/SP (SJC). A maior parte cumpria férias remuneradas quando os metalúrgicos receberam no final de 2013, via telegrama, o aviso de demissão. A GM também anunciou o fim da produção do modelo Classic e o fechamento do setor MVA (Montagem de Veículos Automotores).

Segundo dados divulgados pela patronal, em 2013 foram demitidos 1.053 trabalhadores em SJC. Parte das demissões ocorrem por meio de quatro “Programas de Demissões Voluntárias” (PDV’s), parte via demissão direta, como esta que ocorreu no final do ano. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região contesta estes números e diz que as demissões foram muito mais.

Uma ação inesperada da patronal?

Os dirigentes do Sindmetal-SJC disseram que as demissões

desorganizada para derrotar as medidas patronais que atingem os empregos, os salários e os direitos.

A defesa dos empregos é a defesa da vida da maioria explorada, que tem como único bem a venda da força de trabalho. Os capitalistas sangram ao máximo a força de trabalho e têm em mãos a arma dos cortes de postos de trabalho. A classe operária, por sua vez, conta com a força coletiva para impedir as demissões pela via da ação direta, ocupações de fábricas, greves, etc. A burocracia sindical despreza a força coletiva e atua por cima da classe nas negociações com patrões e governos. Por isso, está no campo oposto dos explorados. Está aí por que a classe operária tem de se livrar da política dos burocratas sindicais, construindo as frações revolucionárias no interior das fábricas.

Defender os empregos por meio da escala móvel das horas de trabalho

A crise do capitalismo é estrutural. Na fase imperialista, essa crise se potencia. A propriedade privada dos meios de produção - altamente concentrada e centralizada pelo capital financeiro - e a existência das fronteiras nacionais são obstáculos à expansão das forças produtivas. Trata-se de uma lei contraditória do sistema capitalista que o leva à desintegração. As crises econômicas cada vez mais profundas são manifestações dessa desintegração. A burguesia responde à crise com medidas de ataque aos postos de trabalho, aos salários, aos direitos, etc. O que avivam as contradições econômicas e sociais. O proletariado e demais explorados para enfrentarem as medidas patronais devem partir da defesa das reivindicações vitais. Uma delas é o emprego. A reivindicação que permite garantir o emprego a todos é a da escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, a divisão nacional das horas de trabalho entre todos os trabalhadores. O que significa reduzir drasticamente a jornada de trabalho para que todos tenham emprego.

Trata-se de uma luta árdua porque implica a unidade e a ação coletiva dos trabalhadores. A burocracia sempre dirá que a correlação de forças é desfavorável. Os revolucionários dirão que a correlação de forças se obtém por meio da unidade dos explorados e na luta direta contra os capitalistas e seu governo.

do final do ano foram inesperadas. No entanto, todos sabiam que o acordo de janeiro de 2013 entre a GM e o Sindmetal-SJC não impedia as demissões diretas e o fechamento do MVA, apenas adiava tal ação para o final do ano, ao mesmo tempo em que a patronal realizava demissões indiretas via PDV’s. O acordo reduziu também o piso de R\$3.100 para R\$1.800. O diretor de Assuntos Institucionais da GM, Luiz Moan, anunciou recentemente que apenas cumpriu o acordo assinado com o sindicato.

A GM mostrou por diversas vezes nos últimos anos que está disposta a rebaixar os salários e quebrar direitos trabalhistas para garantir lucros maiores. Para isso, era preciso dobrar a direção do sindicato (CSP-Conlutas), que diferentemente das burocracias ligadas a CUT e outras Centrais se colocava contra os acordos de “flexibilização” dos direitos.

Resposta do Sindicato

O Sindmetal-SJC, dirigido pelo PSTU, denunciou a GM por ter quebrado um “acordo” com o Governo Federal que impedia demissões por parte das montadoras, em troca da redução de IPI por parte do governo.

Uma assembleia realizada no dia 30 de dezembro aprovou uma campanha pela suspensão das demissões e pela estabilidade no emprego. A campanha previu também uma Ação na Justiça do Trabalho para reverter as demissões, uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho de casos de demissões de funcionários estáveis (lesionados ou próximos da aposentadoria), o envio de um manifesto ao Salão Internacional do Automóvel em Detroit, audiências com os governos federal, estadual e municipal para cobrar apoio aos trabalhadores, e a cobrança à GM que realize investimentos na planta de SJC.

Impotência da política do PSTU no sindicato metalúrgico de SJC

Como se vê, as medidas propostas pela direção do sindicato e aprovadas em assembleia não defendem de fato a manutenção dos empregos. Trata-se de medidas pontuais, que objetivam apenas denunciar a atitude da empresa, mas não impedi-la por meio da ação direta, da greve geral, das mobilizações de rua e ocupações. Não se deve acreditar que uma camada da classe operária possa vencer isoladamente a ação da burguesia e do governo. Trata-se de impulsionar as reivindicações e os métodos que garantem de fato a defesa dos empregos. Os operários da GM, isolados, poderiam se opor a uma campanha de tal envergadura. A tarefa dos sindicalistas classistas, no entanto, é defendê-la. O que a direção do Sindmetal-SJC, sob orientação da Conlutas, não fez.

Não será através de pressão ao Estado burguês que o movimento garantirá os empregos. Prova disso é que no dia 03 de Janeiro houve uma reunião entre o ministro da Fazenda Guido Mantega e o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), também diretor de Assuntos Institucionais da GM, Luiz Moan. Ao final da reunião, Mantega não deu declarações, Moan sim: disse à imprensa que as demissões são irreversíveis, não havendo a mínima chance

Crise penitenciária no Maranhão: mais um retrato da barbárie capitalista

No começo deste ano, a imprensa burguesa noticiou, com horror, a ação de facções criminosas que, de dentro da Penitenciária de Pedrinhas, ordenaram um ataque à frota de ônibus e delegacias de São Luís. O ataque foi uma represália a uma operação do Batalhão de Choque da PM ocorrida no dia 02/01 no presídio. No dia seguinte, quatro ônibus foram incendiados. Em um deles, a menina Ana Clara dos Santos, de 6 anos, morreu vítima de queimaduras e outras 5 pessoas ficaram feridas. Horas mais tarde, o 9º Distrito Policial no bairro São Francisco e a Delegacia da Liberdade, na capital, foram metralhados. A frota de ônibus urbana foi recolhida das ruas às 18h e o pânico se instalou na capital maranhense. A governadora do estado (Roseana Sarney-PMDB) declarou estado de emergência e pediu ajuda ao Governo Federal que enviou a Força Nacional de Segu-

de retorno ao trabalho. A ênfase evidenciou que as multinacionais mandam no país semicolonial e que o governo federal se dobra diante do capital internacional.

As leis, como parte do Estado, são um instrumento de dominação sobre os explorados. As leis anti-greve criminalizam os movimentos de resistência dos trabalhadores ao mesmo tempo em que não punem as atividades “ilegais” dos patrões, vide o locaute realizado pela própria GM em SJC em agosto de 2013.

Não é possível reverter as demissões se apoiando no Judiciário. Em audiência de conciliação realizada no dia 14/01, no TRT da 15ª Região, o desembargador Henrique Damiano propôs que a GM estenda aos trabalhadores demitidos os benefícios concedidos no PDV aplicado em setembro, ou seja, referendou as demissões. Propôs a reintegração dos demitidos que tinham estabilidade (lesionados e/ou próximos da aposentadoria).

Mais uma capitulação da direção sindical

Em assembleia no dia 21 de Janeiro, o acordo foi aprovado. Em nota, o sindicato dos metalúrgicos apenas indicou que “a luta continua”. O fato é que sem a paralisação da produção, por meio da unidade grevista, a GM manterá sua política de ataque à planta de São José dos Campos.

Como defender os empregos

A única maneira de defender os empregos é com um programa proletário:

1. Estabelecer uma campanha em defesa dos empregos e salários; e pelo esmagamento da ofensiva patronal em implantar a flexibilização do trabalho.
2. Assumir a bandeira proletária de que emprego não se negocia, se defende com os métodos da ação direta: greve, ocupação de fábrica e com o controle operário da produção;
3. Desenvolver as reivindicações de estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução do salário e fim do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho;
4. Levantar a bandeira de expropriação (sem indenização), sob controle operário das multinacionais que demitem.

rança para ajudar na transferência de presos. MPF e comissões de Direitos Humanos denunciaram as condições subumanas do presídio, o descaso do governo e a disputa entre organizações criminosas que, só em 2013, deixou mais de 60 mortos no complexo penitenciário, alguns dos quais decapitados.

Pedrinhas e o sarneísmo

A rebelião de pedrinhas expõe a aguda situação dos explorados no Maranhão. O estado é o mais pobre da região Nordeste. Segundo o IBGE, mais de 13% da população vive na pobreza extrema. A miséria das massas contrasta com o requinte e a luxuosidade da oligarquia Sarney, latifundiária, proprietária de inúmeras empresas, redes de TV e jornais. Além da economia, o sarneísmo comanda a máquina estadual (com algumas

poucas interrupções) desde o final da década de 1960, ainda na ditadura militar. Corrupção, nepotismo, submissão dos órgãos estatais e judiciários são o *modus operandi* comum da política oligárquico-burguesa no Maranhão. O governo Roseana Sarney (PMDB), apoiado pelo PT, é a síntese perfeita desta tradição de banditismo burguês. Manteve o atraso, a miséria e a repressão sobre os pobres. As delegacias e penitenciárias se encheram de miseráveis que encontravam no tráfico alguma maneira fugaz de seguir vivendo. A crise em Pedrinhas demoliu toda a velha e fantasiosa propaganda governista de um Maranhão virtuoso com crescimento e melhor distribuição de renda. A governadora viu-se impotente diante do colapso da sua Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP). Teve de admitir ajuda federal, embora ficando pé de que não permitiria uma intervenção federal nos presídios.

As raízes sociais da crise penitenciária

Pedrinhas não foi a primeira rebelião em presídios do Maranhão e muito menos a primeira em presídios estaduais no país. Ficaram famosas as rebeliões em Bangu I, em 2002, comandada por Fernandinho Beira-Mar; a rebelião do complexo do Carandiru de 1990, que terminou com o massacre de 112 presos; e a espetacular rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, em 2011, que se espalhou por 29 penitenciárias do estado, sob o comando do PCC. A profusão de rebeliões em penitenciárias e até em delegacias é incontável. Multiplicaram-se em velocidade espantosa desde o final da década de 1980 e começo dos anos 1990, refletindo o desmoronamento dos direitos trabalhistas, da seguridade social, ou seja, a crise econômica capitalista que sacrificava as condições de vida das massas. Obviamente as rebeliões aparecem diretamente ligadas à superlotação, ao aumento da população carcerária¹, ao crescimento do crime organizado, do tráfico de drogas etc.

¹ Em 1988, o Brasil tinha 88.041 presos; em 2003 já eram 308.304 e em 2013 alcançou 550 mil.

Estes, porém, não caem do céu: brotam da situação de miséria, de mendicância, de favelização, em suma, da situação de abandono e desespero em que foram lançadas as classes exploradas pela burguesia no Maranhão, assim como no resto do país. Eis a fonte mais segura e inesgotável da espiral incontrolável de violência e barbarismo.

Impressiona a rapidez inaudita com que a sociedade burguesa se decompõe. Os casos de homicídios e latrocínios se multiplicam assombrosamente. Os assaltos a mão armada se tornaram tão epidêmicos que nenhuma estrutura policial consegue contê-los. Como parte de seu apodrecimento, uma parte da burguesia, que não vislumbra mais lucros satisfatórios nos seus negócios corriqueiros, abandona para explorar os vultuosos rendimentos do mercado das drogas ilícitas. Grandes bancos, seguradoras, empresários, grandes comerciantes entre outros participam desse amplo e lucrativo mercado, muitas vezes usando do próprio aparelho administrativo (prefeituras, governos estaduais) para facilitar suas negociadas. A seguir a estes, uma camada da pequena burguesia, sobretudo aquela ligada ao aparato repressivo e ao ordenamento jurídico (políciais, advogados, juizes, promotores, desembargadores etc) é arrastada e se precipita na criminalidade. A burguesia é impotente para limpar o Estado dessa fração narcotraficante. No mais das vezes, está envolvida (através de seus partidos) em falcaturas e negócios sujos. Lembremos que a corrupção é inseparável do Estado burguês.

O extraordinário consumo de narcóticos e as organizações criminosas que se estruturam para levá-lo a efeito são uma dentre as muitas chagas legadas pelo capitalismo em putrefação. A tarefa de libertar a sociedade de suas taras, de regenerar as camadas mais depauperadas da baixeza e ignomínia de uma vida sem sentido sob o regime do capital, passam agora para as mãos do proletariado. Apenas a revolução proletária e o fim da dominação burguesa podem abrir uma nova perspectiva à humanidade: uma sociedade livre de toda forma de opressão e violência, sem explorados e sem exploradores.

Violência policial é acentuada em São Paulo

A repressão aos rolezinhos

As manifestações de milhares de jovens e adolescentes nos shoppings, chamadas de rolezinhos, têm sido atacadas pela polícia, justiça e meios de comunicação.

Os rolezinhos são manifestações agendadas pelas redes sociais, que juntam jovens e adolescentes para se reunirem e entrarem coletivamente nos shoppings. Em alguns deles, há correria, fechamento de lojas e até saques. Os capitalistas conseguiram na justiça liminares para multar os participantes de rolezinhos e impor restrições no acesso aos shoppings..

Participam jovens em geral das periferias das cidades, com várias motivações. Parte deles é discriminada diariamente pelos seguranças nos templos de consumo da classe média. Por sua cor ou pelas formas de se vestir ou agir, são intimidados a deixarem o ambiente dos consumistas. Individualmente, são humilhados pelos seguranças e policiais. O recurso do rolezinho é a forma dessa camada juvenil de ganhar força de multidão e ingressar massivamente, dificultando a ação discriminatória/repressiva. Os jovens agem em protesto pela exclusão social e racista a que são submetidos.

Parte deles tem sua mente ganha pela propaganda capitalista: quer usufruir do mesmo que a classe média: comprar coisas, ter seu smartphone, andar bem vestido (na moda) e desfilarem nos shopping centers. Foi ganha pela ideia de que a felicidade se compra nos templos de consumo e que é preciso desfilarem nas galerias dos shoppings para ter vida social. Compara-se aos rolezinhos para gritar aos comerciantes e seus clientes que quer possuir o mesmo que a pequena burguesia.

Parte deles vê nos rolezinhos mais uma forma de interação social sem custo. É como um passeio coletivo, ou uma agitação para a “pegação”.

Em todos os casos, os rolezinhos não levantam reivindicações claras. Tornam-se movimentos inconsequentes, porque não se colocam pelas reais necessidades coletivas, não se voltam contra os capitalistas e os governos. Mas estes não podem admitir que os templos de consumo sejam profanados com a presença massiva de pobres, não-clientes, que atrapalhem os negócios com suas performances. Embora os rolezinhos sejam movimentos inconsequentes e não sejam perigosos para a burguesia enquanto se mantiverem nos limites dos passeios

coletivos, o risco de se multiplicarem, afetarem os negócios e, mais grave, se voltarem a reivindicações e métodos da luta de classes impõem a necessidade de repressão.

O partido revolucionário não reivindica para a juventude oprimida as taras da classe média, porque isso mantém os jovens oprimidos sob o controle ideológico da burguesia, os afasta da luta pelo socialismo. O partido revolucionário procura desenvolver entre a juventude as bandeiras de defesa da vida das massas e os métodos de luta e formas organizativas correspondentes. Diante da repressão aos rolezinhos, o partido defende incondicionalmente os adolescentes e jovens reprimidos, denuncia a discriminação social e racista e defende a necessidade de organizar a luta pelas reivindicações que unem a juventude e os oprimidos contra a opressão capitalista, por meio dos métodos próprios da luta de classes.

Chacina em Campinas

Em Campinas/SP, um policial militar foi morto quando supostamente tentava impedir um assalto. Em represália, policiais militares encapuzados e sem identificação percorreram os pontos de venda de droga na região de Ouro Verde e executaram 12 com tiros na cabeça e no peito na mesma noite.

A chacina promovida pela polícia foi descarregada sobre os moradores indistintamente, como forma de vingança e de imposição autoritária de respeito. Ressaltou como o corpo policial está tomado por gangues de bandidos que agem da mesma forma que a bandidagem, sob a proteção do Estado e do monopólio do uso da violência.

O Secretário de Segurança declarou que tudo será apurado, e que toda corporação com tantos membros (90 mil no caso de SP) tem um setor podre. Este reconhecimento serve para encobrir que a podridão é a regra, não a exceção.

É preciso levantar a bandeira democrática de **Dissolução da PM**, criatura da ditadura militar para esmagar as massas que se levantam contra a opressão de classe. Uma máquina de extermínio que não tem como ser “desmilitarizada”.

Os ataques aos sem-teto

Cerca de 8 mil manifestantes sem-teto, provenientes de diversos pontos da cidade, protestaram no dia 23/01 próximo ao estádio do Morumbi, tendo sido impedidos pela polícia de chegar à sede do governo paulista. O governador Alckmin recebeu uma comissão para negociar, mas só enrolou com a descrição dos gastos do governo com moradia e promessas de buscar junto à prefeitura da cidade (decretação de área para

Manifestações no Litoral Norte (SP) por moradia

No dia 7 de Janeiro, um grupo de manifestantes fechou com entulhos o Km 176 da rodovia Rio-Santos, na altura do bairro de Juquehy. Revoltados com a demolição de 16 imóveis realizada pelo Estado (Ministério Público e Prefeitura de São Sebastião), atearam fogo em um ônibus da Ecobus (monopólio que explora o serviço de transporte na cidade), impediram que os bombeiros chegassem até o local para apagar o fogo, resistiram à repressão da polícia com paus e pedras, incendiaram um caminhão que estava próximo e, quase três horas após o ato, os manifestantes dispersaram. O ato, com tais características, foi inédito na região. Mas o que está por detrás do ato é a questão

moradia na Nova Palestina) e ao governo federal (por mais verbas da Caixa Econômica Federal). Recentes manifestações de sem-teto que tentaram adentrar shoppings foram impedidas pela ação policial.

Os ataques na Cracolândia

No dia 23/01, a polícia civil de São Paulo, mais especificamente o Denarc (departamento de combate ao narcotráfico), agiu na região da Cracolândia no centro da cidade e reprimiu violentamente os usuários que se rebelaram contra a prisão. A polícia veio a paisana, com veículos não identificados, cercou a rua com dez viaturas e desfechou a repressão com bombas, gás e balas de borracha.

A prefeitura reclamou com o governo do Estado, porque estava desenvolvendo na região um programa de recuperação de viciados, que incluía moradia e emprego em troca de abandono sem resistência do local. A ação policial quebrou a confiança com os interlocutores da prefeitura e vai dificultar o prosseguimento do programa.

Há indícios de que policiais do próprio Denarc comandam o narcotráfico na região. A ação policial não teve respaldo oficial do governo ou da PM, segundo a imprensa indicando que pode ter sido uma iniciativa do Denarc para proteger as quadrilhas de policiais e seus negócios.

Tudo indica haver também uma disputa eleitoral entre PT e PSDB acerca da chamada “higienização” da cidade, com vistas à Copa do Mundo.

A decomposição de todo um setor da população assalariada no consumo do crack nas ruas do centro da cidade é expressão da decomposição do capitalismo, que joga os trabalhadores e a juventude no desemprego e na ausência de perspectiva de vida e trabalho. Não haverá medidas que resolvam a situação no capitalismo.

Os assassinatos homofóbicos

Kaique Augusto Batista dos Santos, homossexual, foi encontrado morto embaixo de um viaduto na região central de São Paulo. Seu corpo mostrava sinais de agressão e tortura. Kaique tinha saído de uma festa para procurar junto à polícia por documentos perdidos. Tudo indica que foi assassinado e jogado do viaduto para encobrir os responsáveis. A mãe do jovem foi pressionada a assumir que teria se suicidado mesmo após ter apontado as provas de que teria sido agredido e torturado. A polícia desfecha a violência contra os homossexuais e se omite diante dos ataques promovidos pelas gangues fascistas.

da moradia, que afeta todo o país.

Déficit habitacional no Brasil

Segundo pesquisa do IPEA, realizada em 2012, o Brasil apresenta uma taxa de 8,53% de déficit habitacional, o que representa 5,24 milhões de residências. Embora o estudo tenha mostrado que ao todo houve uma queda na taxa (era de 10% em 2007), entre as famílias com renda de até três salários mínimos praticamente não houve redução (em números absolutos o déficit era de 3.954.386 domicílios em 2007 e 3.859.970 em 2012).

Isto ocorre porque a moradia no capitalismo é antes de tudo uma *mercadoria*. Tem acesso a ela quem tem dinheiro. Quem tem muito dinheiro pode ter quantas casas puder pagar. Já para aqueles que não possuem dinheiro, basta se contentarem com o “direito” à moradia, consagrado na Constituição de 1988. A realidade opressora do capitalismo pouco se importa com o fato do ser humano precisar para viver com dignidade de um teto (descansar, higiene pessoal, lazer, reprodução, etc.).

Há ainda o agravante da especulação imobiliária que atinge o Brasil. Até mesmo economistas burgueses, como o vencedor do Nobel de Economia em 2013, Robert Shiller, já alertaram para a situação. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) publicou recentemente um artigo em que explica o aumento do número de ocupações urbanas (espontâneas e organizadas) no Estado de São Paulo. Dizem que a valorização nos últimos cinco anos foi de 184,7% para compra e 90,7% para aluguel. No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA foi de 35,7%.

Especificidades de São Sebastião

São Sebastião, no Litoral Norte paulista, encontra-se no mesmo quadro de especulação imobiliária desenfreada. No entanto, há neste município (bem como em todo o Litoral Norte) uma especificidade: o fato de ser uma “Estância Balneária”, o que lhe traz como consequências algumas verbas a mais do Estado e milhares de “imóveis de veraneio” (leia-se: desabitado durante a maior parte do ano).

Segundo o IBGE, a taxa de ocupação dos imóveis de São Sebastião é de 44,8%, o que representa que quase 20.000 (vinte mil) imóveis estão desocupados a maior parte do ano. Na Costa Sul do município esta situação se agrava! Lá, o que predomina, especialmente, é a “casa de veraneio”. E estas ocupam o “lado do Mar”. O grosso da população proletarizada ocupa o “lado do Morro”.

Muitos livros de História regional contam sobre a “migração” (mais correto seria expulsão) da população caiçara do mar para o pé do morro. E o atual prefeito parece empenhado em concluir o processo expulsando aqueles raros que restaram com o recente aumento indiscriminado do IPTU. Surgiu um movimento contrário a tal aumento, no entanto este é dirigido por facções da oligarquia local, embora o POR tenha atuado no último ato, no início de janeiro, pela defesa dos métodos da ação direta e pela independência do movimento dos partidos políticos burgueses.

Legislação ambiental, moradias e questão de classe

Não podemos de forma alguma associar a “não regularização” das moradias com a questão da pobreza. Em muitos casos isto é real, como no caso de pessoas que arriscam a vida morando em áreas de alto risco de deslizamento de terra por simplesmente não terem outra opção. Ou alguém desejaria “livremente isto”? O caso do Morro do Esquimó, no bairro de Juquehy, em São Sebastião, é justamente este. No entanto, há também uma outra situação, até mais comum, de mansões de veraneio que foram construídas em terrenos irregulares, grilados, que não respeitam a legislação ambiental e municipal, etc. Será que estas casas costumam também ser demolidas? Todos sabem a resposta! O próprio secretário de meio ambiente do município disse que as casas não serão demolidas porque os

moradores podem pagar bons advogados, e arrastar infinitamente os processos na justiça

É fato a tese de que a questão fundamental é a do dinheiro: uma pessoa pobre é despejada porque está com uma casa em local irregular e uma pessoa com dinheiro constrói uma casa milionária em um local irregular e nada acontece com esta.

Método de luta: pacifismo ou violência?

Durante as manifestações de Junho que ocorreram no Brasil, as classes dominantes rapidamente trataram de criminalizar aqueles que “desrespeitavam a lei” e de defender o pacifismo. Palavras de ordem como “Sem violência”, “Sem vandalismo” ou ainda “Movimento pacífico” foram introjetadas nos movimentos, principalmente pela mídia burguesa. Mas, o que é um movimento pacífico? Para alguns – principalmente os políticos de plantão, agentes repressivos, etc. – o simples ato de bloquear uma rua ou uma avenida já é um ato não pacífico, pois impede o “direito de ir e vir” dos outros. Quando a polícia agride os manifestantes, estes devem apanhar pacificamente? Ocupar um prédio público em uma manifestação é ser pacífico? Esta palavra carrega muitas “armadilhas”, porque ela opõe “pacífico” à “violência”, desconsiderando que existe a violência reacionária (utilizada pelo Estado) e a violência reativa ou revolucionária. No episódio ocorrido em Juquehy, a violência dos manifestantes foi reativa, em reação à violência estatal (MP e Prefeitura) de demolir a moradias destas pessoas. Os manifestantes devem, portanto, ser defendidos de todo tipo de retaliação estatal (por parte da Polícia Civil, Militar, Prefeitura) e apoiados em seus atos futuros. O apoio das organizações e sindicatos combativos é fundamental.

As Jornadas de Junho conseguiram conquistas econômicas pequenas (reduções dos preços das passagens). A principal conquista, sem dúvida, foi política. Percebeu-se que o método que consegue arrancar do Estado os direitos mais básicos só pode ser o da ação direta (manifestação, passeatas, atos, ocupações, saques, etc.).

É preciso considerar também o motivo dos ônibus serem tão visados neste atos. Só em São Paulo e em sua região metropolitana, nos últimos doze meses, 77 ônibus foram queimados. Pode-se argumentar que eles são grandes, vistosos, e causam maior repercussão, mas não se pode negar que há também o ódio da população em relação ao péssimo e caro serviço de transporte e notórios acordos secretos entre prefeitos e empresas de ônibus para que, em troca do financiamento de campanha, aqueles tratam as empresas como “parceiras”. Como no caso do vídeo que vazou, ocorrido no início dos anos 2000, contendo o “diálogo” do ex-prefeito de São Sebastião com a antiga empresa que detinha o monopólio do transporte, a Autovias, onde foram pedidos 450 mil reais (isto corrigido daria mais de 1 milhão!). O vídeo veio a tona porque o empresário da Autovias já havia fechado um acordo com uma outra facção oligárquica da região, e utilizou o vídeo como arma eleitoral. Com a reeleição do atual ex-prefeito, a Autovias foi retirada do transporte da cidade e criada a atual Ecobus, cuja origem está ligada a esses esquemas de financiamento de campanha.

Como reagiram as frações do Estado? Prefeitura de São Sebastião:

A Prefeitura de São Sebastião (a atual gestão tem como mote:

“Construindo uma cidade melhor”) foi a instituição que realizou a demolição. Em nota sobre o episódio, disse que as ações “foram determinadas pelo Ministério Público”. Nesta frase tentou se safar da responsabilidade. Diz ainda que “vale destacar que a administração municipal participa mensalmente de reuniões com a promotoria pública e que há mais de quatro meses vem estudando medidas para a ação demolitória, que foi determinada no último dia 12 de dezembro”. Aqui, diz que a ação foi premeditada há mais de quatro meses.

Quem acompanhou a última eleição sabe que todos os candidatos, inclusive o que venceu, defendeu que se eleito iria construir casas populares. No mercado de votos, vale-tudo, receber dinheiro da burguesia, propaganda enganosa, suborno, compra de votos, etc. O que fez o Prefeito nos quatro anos do primeiro mandato e neste primeiro do segundo? Até agora não entregou NENHUMA “casa popular”. Não se podem contar as casas que estão sendo construídas na Enseada, já que não se pode morar dentro dessas “promessas”.

E não é só isto. No final da nota ainda tenta criminalizar um indivíduo que “começou a incitar os moradores” (...) “e os atos de vandalismo (sic) tiveram início”. Querem incriminar o movimento por meio da prisão e processo de moradores da região.

Ministério Público:

Como dito anteriormente, foi o MP que determinou esta demolição (bem como outras que passaram e outras que virão), e o fez com dois argumentos, um ambiental e outro humanitário. O primeiro diz que as casas estão em região dentro e no entorno do Parque Estadual Serra do Mar, a maior porção contínua preservada de mata Atlântica do Brasil. Para preservar a fauna e flora deste bioma, é preciso retirar estas pessoas. Seguindo este argumento, é uma pena que o homem não faça parte da fauna deste bioma. Se o fizesse, poderia ficar! O segundo argumento diz que a ação é para o bem de tais moradores, que correm perigo de vida já que, como já dito antes, trata-se de áreas de risco. Se esta fosse mesmo a preocupação do MP, este agiria incansavelmente

Balanço do XXXII Congresso da CNTE

Um congresso controlado pela burocracia sindical e voltado às eleições 2014

Entre os dias 16 e 19 de janeiro, realizou-se em Brasília-DF o 32º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. O tema era “Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social”, mas o que se viu foi um fórum montado para aprovar resoluções de defesa do governo Dilma e, mais especificamente, a estratégia eleitoral do Partido dos Trabalhadores para 2014. Atendendo a esse objetivo, a burocracia que dirige majoritariamente a confederação, corrente Articulação Sindical (PT), armou um congresso sob seu controle.

A Corrente Proletária na Educação-POR participou com a Resolução 1 do caderno, intervindo nos grupos e plenárias, defendendo as reivindicações gerais dos explorados e as bandeiras para o conjunto dos trabalhadores em educação avançar na luta pela solução de seus problemas. Travou um duro combate à burocratização da entidade, defendendo a independência da

mente para garantir que estas pessoas conseguissem uma “área segura”, mas sabemos que isso jamais ocorreu.

Não será surpresa se o MP começar uma investigação para criminalizar os manifestantes. Esta instituição atuou no Rio de Janeiro como cão de guarda do governador (compôs a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas – CEIV), atuou na USP como braço repressor no autoritário Reitor Rodas, indiciando estudantes que lutavam e lutam por autonomia universitária e em defesa da educação pública.

Partido dos Trabalhadores:

O Partido dos Trabalhadores (PT) de São Sebastião não publicou, até onde sabemos, uma nota pública. Mas o presidente da legenda de São Sebastião publicou uma nota em seu blog, sob o título “A bomba relógio da habitação. Jaquehy deu um alarme”. Após superar algumas questões técnicas utilizadas por aqueles que estão no governo (pouca área habilitada) o autor mostra o segredo, “uma verdadeira revolução”, o projeto do governo federal “Minha Casa Minha Vida”, feito para dar dinheiro público para empreiteiras, endividar a parcela da população que pode se endividar (os que precisam com mais urgência nem têm este “direito”) e servir como propaganda eleitoral. A culpa seria do prefeito, segundo o politiquero local, que não se “empenhou em aproveitar o projeto para sanar o problema”.

Diante do colocado, não podemos deixar de fortalecer a campanha já iniciada na prática, defendendo as bandeiras:

- **Pelo fim da remoção das casas dos trabalhadores!**
- **Em defesa dos métodos da ação direta!**
- **Pelo fim de qualquer perseguição aos manifestantes!**
- **Habitação a todos! Garantia do Estado de que nenhuma família fique sem-teto. Construção de moradias populares, sob o controle operário. Estatização das grandes empresas de construção, sem indenização e obras públicas voltadas para a população!**
- **Que os trabalhadores não paguem IPTU!**

CNTE diante dos governos e classe dominante.

O resultado do congresso foi a vitória da Articulação, que além de conseguir aprovar suas resoluções, conseguiu eleger a direção, obtendo 83% dos votos. A oposição, apesar de ter composto uma chapa unitária, demonstrou sua limitação no combate à burocracia.

Primeira manobra da burocracia

Quando o economista Márcio Pochmann ainda apresentava seu “painel”, ou seja, antes de começar a discussão sobre o regimento do congresso, a plenária foi ocupada por um ato político. Isso porque duas delegações não haviam sido credenciadas, do Amapá e de Santa Catarina. Ambas eram constituídas de delegados da oposição, PSol e PSTU.

O golpe do não credenciamento, referendado pelo plenário, sem dúvida serviu para impedir a presença de delegados

oposicionistas.

Segunda manobra: eleição da direção antes de aprovar o Plano de Lutas

Para o congresso ser o jogo de cartas marcadas como pretendia a direção, eram necessárias regras que limitassem ao máximo as discussões e facilitassem a vitória nas urnas. Desse modo, as propostas da Corrente Proletária de alteração do regimento acabaram rejeitadas, a exemplo da reivindicação de substituição dos painéis por plenárias deliberativas e da proposta de troca de dia em que se realizaria a eleição da diretoria. Mas, para a burocracia, o fundamental era referendar da chapa da Articulação e a reeleição de seu presidente. Assim, o Plano de Lutas era uma questão formal que poderia ser votado após as eleições e pouco importaria se o plenário estivesse esvaziado.

Cabe aqui menção à postura absurda de impedir que os suplentes ocupassem o plenário junto às suas delegações ou onde quer que fosse, tendo de ficar num espaço separado dos demais congressistas. Mas o controle foi além, pois os seguranças e funcionários da organização interpelavam os suplentes até mesmo em momentos em que não haveria votação, como nos painéis. Mas essa conduta não é nova. A burocracia é avessa à democracia sindical, que implica o direito de manifestação e expressão de delegados e suplentes em um congresso.

Governismo sem máscaras

Nos painéis, intervenções internacionais e grupos de debate o que prevaleceu foi um balanço positivo dos governos petistas desde 2003. Apareceram em bloco, com diferenças pontuais, a Articulação, CSD, MS, PCdoB, Articulação de Esquerda e O Trabalho, todos empenhados em afirmar os “avanços” trazidos pelo PT. Destacou-se o combate às críticas relacionadas à Ação Penal 470 (mensalão) e ao movimento de junho.

No que se refere à AP-470, se limitaram a apontar, não sem razão, o caráter político do julgamento pelo STF, obviamente sem assinalar o quanto o PT se enlameou nas alianças com os setores mais reacionários do país (Maluf, Collor, Sarney, etc.); sem criticar o recebimento de dinheiro da burguesia para o financiamento partidário; sem mencionar o entreguismo do governo Dilma (portos, Campo de Libra etc.). Caracterizar a crise do mensalão como uma disputa interburguesa, como nós fazemos, muito menos. Sobre as manifestações de junho, chegaram a afirmar que se tratava de um movimento criado pela mídia, de uma juventude manipulada pela direita.

Enfim, se viram obrigados a todo um malabarismo para apresentar um Brasil idílico. As jornadas de junho, ao contrário, demonstraram a opressão e exploração a que são submetidos os trabalhadores e juventude. A crise do capitalismo golpeia o país e a classe dominante se socorre através do governo petista, descarregando sobre os explorados o ônus da desagregação do sistema.

Levantando os crachás

Nas plenárias, se evidenciou que a composição do congresso era majoritariamente de burocracias regionais, dirigentes descolados da base, muitos deles há anos afastados do trabalho e montados no aparato sindical. O domínio da Articulação nos sindicatos e na maior central (CUT) se fez presente com

vigor, nada foi aprovado sem sua anuência.

No lado oposto, a Corrente Proletária fez a defesa do programa da revolução proletária. Assim, a sua avaliação da conjuntura internacional tinha como essência demonstrar os efeitos da crise estrutural do capitalismo. Na nacional, assinalou as manifestações da mesma crise internamente, os escândalos de corrupção e a resistência das massas. No ponto educacional, a defesa da Corrente Proletária se centrou na crítica aos planos governamentais destruidores do ensino público. Na questão sindical, apontou a necessidade de combater a burocratização no interior das organizações dos trabalhadores, lutar pela sua independência e também pela unidade contra a burguesia. Mas os delegados estavam arregimentados pela política dos burocratas dirigentes, limitando a levantar os crachás.

Nada a ver com o marxismo

O PCO e O Trabalho são duas correntes que se reivindicam trotskistas. Entretanto, seus históricos já demonstraram que há muito se separaram do programa da IV Internacional. O que se viu nesse congresso é a confirmação do que dissemos acima.

OT compareceu completamente diluído no bloco capitaneado pela Articulação. A sua posição de tentar se diferenciar pela esquerda e “disputar” o PT revelou na prática o que realmente significa: impotência e seguidismo. A melancólica participação de OT se resumiu a uma proposta de exigir de Dilma que pressione os governadores a cumprir a lei do piso nacional.

O PCO teve sua participação determinada desde antes do congresso. Na regional sudeste (Apeoesp), fez um bloco com a Articulação, o que acabou impedindo a eleição dos delegados da oposição. Sua proposta de resolução só foi aceita após o prazo estipulado porque a Articulação assim determinou. Em suas falas, atenuou as críticas à burocracia sindical, ao mesmo tempo em que dirigiu duros ataques ao PSol e PSTU – e isso num congresso em que a principal tarefa deveria ser a de combater os governistas. Combinou, então, um profundo oportunismo ao sectarismo mais estéril. Colocou-se contra a chapa de oposição unificada e se posicionou pelo voto nulo.

Burocracia impôs a direção da CNTE

Na eleição da diretoria, a oposição apresentou uma chapa unificada. Tinha como único objetivo denunciar a burocracia pró-governo. A Corrente Proletária chamou o voto nessa chapa, apesar das limitações de suas resoluções. Assinalamos o erro na escolha de cabeça-de-chapa, que não respeitou o critério da proporcionalidade. O PSTU abriu mão do direito de indicar o cabeça de chapa e optou pelo nome da corrente CUT Pode Mais.

Os critérios de formação e eleição da direção da CNTE são os mesmos da CUT. A chapa que obteve mais de 80% dos votos é a vencedora. Portanto, é contrária à proporcionalidade direta. Assim, a chapa oposicionista foi impedida de compor a direção.

A tarefa central da oposição permanece sendo a de consolidar sua intervenção a partir das escolas. Para isso, é fundamental a constituição de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, capaz de erguer um programa de combate ao capitalismo e suas manifestações entre os trabalhadores em educação. A Corrente Proletária trabalha por esse objetivo.

O fechamento da UGF e UniverCidade e a luta pela expropriação de toda rede privada de ensino

Depois de dois anos de precariedade e lutas na Universidade Gama Filho (UGF) e UniverCidade, no Rio de Janeiro – com salários atrasados, demissões e despejos respondidos com greves, ocupações de reitoria (uma delas durou 78 dias) e mobilizações de rua –, o MEC anunciou no dia 13 de janeiro o descredenciamento das instituições, controladas pelo grupo Galileo desde 2012. Cerca de dois mil professores e técnicos serão colocados no olho da rua e 13 mil estudantes estão sendo divididos em lotes a serem entregues a outras instituições na chamada transferência assistida.

Em luta desde 2012, os três setores das escolas reivindicavam uma intervenção do MEC e a federalização das instituições. Os reitores das Universidades públicas do Rio de Janeiro e a UNE também se somaram à proposta. O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante recusa esta via, alegando não poder absorver os professores e técnicos sem concurso e os estudantes sem vestibular.

Além dos movimentos no Rio, com marchas com até três mil pessoas, uma delegação acampou em Brasília, inclusive sofrendo com prisões e repressão policial. O problema é que as ações diretas estão subordinadas à ilusão parlamentar. Dirigidos pela UNE, os estudantes mendigam a participação nas reuniões em Brasília, percorrem os corredores e gabinetes parlamentares, sem sucesso, já que os deputados e senadores nem estão lá. Pedem a ajuda do Ministério Público Federal e a órgãos de defesa dos consumidores. Ademais, a UNE procura provar que suas propostas são constitucionais, como se não fosse legítimo exigir nada que não estivesse na legislação burguesa. É tamanho o legalismo que estão procurando um “respaldo jurídico” para voltar a acampar na área externa do Congresso Nacional, de onde foram retirados pela PM.

Fusão e maximização dos lucros a qualquer preço

A Universidade Gama Filho, filantrópica fundada em 1939, acumulava uma dívida de R\$260 milhões quando seu advogado propôs a criação do grupo Galileo, para entrar no dinheiro dos fundos de pensão dos funcionários dos Correios, que aportaram R\$75 milhões e da Petrobrás, com R\$25 milhões. É isso que a burocracia sindical vendida faz com o dinheiro dos trabalhadores. A garantia e expectativa de rendimentos vinham principalmente das altas mensalidades e da venda de diplomas via EaD. Um estudante de medicina paga R\$4,1 mil para estudar na Gama Filho, o curso tem 2 mil matriculados. Os R\$100 milhões alavancados, em 2011, mais R\$80 milhões em empréstimos bancários, em vez de serem usados para sanar a instituição, foram usados para comprar outra instituição em falência, a UniverCidade, com dívida de R\$265 milhões.

Os problemas cresceram rapidamente: centenas de demitidos, atrasos em salários e não pagamento de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, aumentos de mensalidade de até 40%. Mesmo assim, em 2012, em meio a greves por pagamento dos salários, o MEC concedeu a manutenção ao grupo. Além de não cumprir os sucessivos acordos feitos, a corporação aprofundou as demissões, inclusive de dirigentes da universidade, explicitando que não há autonomia, nem mesmo aquela pálida e formal, onde impera o direito de propriedade.

No negócio, os antigos mantenedores receberam milhões e, agora, pedem a devolução da manutenção ao MEC. Provavelmente uma jogada combinada com o grupo Galileo. Uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio, em 2013, trouxe à luz a informação de que a dívida do grupo é de R\$ 978 milhões.

A proposta de federalização

A bandeira dos estudantes, docentes e técnicos e da UNE é a federalização. Ganham o apoio dos reitores da UFF, UFRJ, UniRio e Cefet-RJ. Esforçam-se em mostrar que a medida é viável, com a incorporação dos professores e funcionários com contratos temporários até a realização de concursos e ampliação das vagas das universidades existentes, para abrigar os 13 mil estudantes ou criação de uma nova instituição que encampe a empresa falida.

Apoiam-se na trajetória de várias universidades públicas que surgiram da federalização de instituições privadas, como a UFF. E, de duas experiências recentes, a incorporação da Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo, que era paga, à UFF, em 2007; e a criação da UNIPAMPA, no Rio Grande do Sul, a partir da federalização da URCAMP, em 2005, mediante decreto do então presidente Lula.

De fato, a estatização pontual, com indenização, é um recurso recorrente dos governos estaduais e federal, geralmente para socorrer capitalistas em crise e atender determinadas oligarquias locais. No cenário de agudização da crise econômica, com a disputa cada vez maior pelo orçamento público por parte dos grupos capitalistas e a política mais aberta de favorecimento das grandes corporações de ensino, a estatização é recusada pelo governo petista. Com uma direção frouxa do movimento, que já entrou nas emendas à política de transferência, será fácil impor uma derrota aos que hoje estão lutando.

Qual a resposta à mercantilização e concentração?

Todos reconhecem que esta situação chegou a este ponto devido à mercantilização e financeirização da educação. Da constatação a uma resposta consequente, porém, quanta distância! A direção governista da UNE já capitulou há tempos ante o processo de mercantilização e desnacionalização da Educação, aceita a coexistência do público e privado e quer apenas limitar percentualmente a presença do capital estrangeiro no setor. Sua presidente, Virgínia Barros, murmura que a culpa é da “visão exacerbadamente mercadológica da educação”. Recomenda que “O Estado brasileiro precisa ser mais incisivo nos seus instrumentos de fiscalização e de regulação do ensino superior privado no nosso país”, Ou seja, uma visão moderadamente mercadológica é aceitável, desde que o Estado controle e fiscalize, sem afetar a propriedade privada destas corporações de ensino, tudo conforme a Constituição burguesa. A direção vendida da UNE não pode dizer que ao se tornar mercador, a educação tente a se concentrar, que isso é uma tendência do capitalismo em sua fase de decomposição. Precisa apresentar seus remédios como soluções viáveis e responsáveis.

Anel defende estatização sem indenização

A Anel não tem intervenção nestas universidades, mas lançou

uma nota de apoio em que defende a estatização, sem indenização. Acrescenta que a Galileo deve pagar os passivos trabalhistas dos professores e funcionários. Apesar de ter resistido em todos seus congressos à bandeira do POR de estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino, a aprovando, mas como proposta secundarizada em detrimento da campanha prioritária de 10% do PIB para a educação pública, agora ergue a bandeira correta. Afinal, sua bandeira prioritária revela-se ante os fatos como limitada aos estudantes das públicas. Só com a bandeira da estatização sem indenização pode-se juntar estudantes da públicas, privadas e aqueles que estão fora do ensino. Diz: “defendemos a estatização das universidades privadas, principalmente dos grandes grupos educacionais, como o Anhanguera-Kroton, que virou o maior conglomerado educacional do mundo, com mais de um milhão de alunos e valor de mercado aproximado de R\$ 12 bilhões. E essa estatização deve ser feita sem indenização”.

É um avanço que deve ser intensificado nos próximos encontros e congressos, erigido como campanha prioritária que responde à mercantilização, desnacionalização e à exclusão de 85% da juventude do ensino superior.

Andes só tergiversa

Felizmente, desta vez, a ANEL não ficou na rabeira da po-

Ceará: direção da APEOC colabora com o governo na destruição da carreira: Rechaçar a instrução normativa da SEDUC nº 001 que estabelece a avaliação desempenho para progressão horizontal!

O governo estabeleceu regras para conceder a progressão horizontal aos professores da rede estadual de ensino, destruiu uma conquista da greve de 2006 concedido para a categoria, modificando a Lei nº 12.066 (estatuto do magistério), a Lei nº 12.416 (Plano de Carreira) e o decreto de nº 28.304 (progressão horizontal), introduzindo a avaliação de desempenho que será conduzida pelos diretores escolares, condicionada aos resultados dos exames externos, aumentando os obstáculos para conceder o interstício de 5% a uma pequena parcela da categoria, em outras palavras, amplia a divisão na carreira do magistério e dificulta ao máximo a concessão deste benefício para reduzir seus gastos com o funcionalismo público. A avaliação de desempenho impõe critérios como a capacitação profissional e experiência, de natureza objetiva (1 a 20 pontos) e o desempenho profissional (60 pontos, sendo de 2 a 20 pontos condicionados ao resultado escolar do exame do SPAECE/ENEM). E os outros 40 pontos entre a auto avaliação (fator 1: organização do trabalho, fator 2: prática docente, fator 3: clima de aprendizagem e fator 4: responsabilidade profissional) realizado pelo avaliado (professores e servidores técnicos da SEFOR e CREDES) e, por último, a avaliação do diretor escolar (fator 1: organização do trabalho, fator 2: desempenho técnico-profissional, fator 3: clima de trabalho e o fator 4: responsabilidade profissional) entre 4 a 20 pontos. O governo estabelece critérios objetivos e subjetivos para a avaliação dos professores, ao legalizar que essa avaliação será feita pelos diretores, o governo criou as condições para materializar a punição da categoria, caso faça greve, por exemplo, assim como dos adversários da direção escolar. Além da avaliação de desempenho ser realizada pelo diretor, ela está condicionada ao resultado escolar do SPAECE/ENEM. Sabemos que as avaliações externas apenas atestam o fracasso escolar, não por culpa dos professores, mas por fatores econômicos e sociais como a fome,

lítica reformista do ANDES. Em nome do Sindicato Nacional dos Docentes, o vice-presidente Luiz Henrique Schuch diz enigmaticamente que é preciso enfrentar “estruturalmente” o problema. Explica, teoriza, denuncia, mas não se extrai uma consigna de luta. É incapaz de enunciar a resposta “estrutural” de fim da rede privada de ensino mediante estatização sem indenização. Não quer se chocar com sua base conservadora. Assim, não ultrapassa os limites constitucionais da defesa da propriedade privada ou o sagrado concurso público. Revela-se contrário à federalização e chama o governo para entrar em cena para “equacionar”, como se este já não estivesse, com uma política ativa de privatização e precarização.

Resposta proletária

O caminho é o de insistir no método da ação direta, sem confiança na via parlamentar e fazer da luta pela expropriação da Universidade Gama Filho e UniverCidade uma trincheira da luta central de estatização de toda a rede privada de ensino, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham. Que as corporações arquem com as dívidas criadas e sejam obrigadas a pagar os salários e direitos trabalhistas em atraso. O método deve ser o da ação direta, sem nenhuma ilusão no parlamento e judiciário.

o desemprego, a violência, drogas, a falta de unidade entre a teoria e prática (ensino vinculado à produção social). A escola não está isolada da sociedade e acaba refletindo a crise econômica que se abate sobre a sociedade, assim, por mais esforço e boa vontade que tenha o professor, não vai conseguir melhorar a aprendizagem geral dos alunos porque o problema não é de ordem pedagógica, mas estrutural que arrasta a escola e o ensino.

Colaboracionismo da APEOC

A comissão formada por quatro representantes do governo e um da APEOC para avaliar os recursos dos professores, caso não concordem com o resultado, não passa de uma farsa. A participação da direção da APEOC nessa comissão referenda a sua colaboração de classe e ajuda o governo atacar os professores. A Corrente Proletária na Educação/POR, convoca os professores a rechaçar a avaliação de desempenho da SEDUC/APEOC para a progressão horizontal, porque é mais um ataque do estado que destrói a carreira do magistério estadual, além disso, o governo deu um passo significativo para impor no futuro próximo um processo de avaliação de desemprego para todos os funcionários públicos. Exigimos imediatamente a saída da direção da APEOC da comissão de avaliação. É preciso preparar a categoria para barrar este ataque convocando uma assembleia geral para discutir um plano de lutas para enfrentar a ofensiva do governo Cid Gomes (PROS/PT/PC do B). É preciso se organizar politicamente e formar uma fração de luta no seio dos professores por meio do fortalecimento da Corrente Proletária na Educação para expulsar os pelegos e traidores da direção da APEOC, único meio para se defender contra os ataques dos governos Dilma, Cid e Roberto Cláudio que estão unidos para retirar direitos e conquistas do funcionalismo público e da educação pública.

APUB realiza debate sobre autonomia universitária. A CPE defende o programa revolucionário para a universidade

A Associação de Professores Universitários da Bahia (APUB) realizou um debate no dia 17 de Janeiro de 2014, no Instituto de Matemática-UFBA com a participação de entidades nacionais e representantes de diversos sindicatos do País, para discutir as propostas de Projeto de Lei Orgânica das Universidades e dos Institutos Federais. Das entidades convidadas compareceram o ANDES/SN, PROIFES e a FASUBRA. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) não compareceu, mas foi distribuída entre os participantes a proposta defendida pela mesma.

A Andifes, formada pela casta de reitores, se coloca em defesa das medidas do governo federal para a educação superior e justifica a proposta de Lei Orgânica para as universidades no fato do crescimento das universidades públicas via REUNI, que, segundo a entidade tem estrangulado o atual modelo de gestão. Em novembro de 2013, foi elaborado o projeto de lei que ataca mais ainda a já combalida e débil autonomia universitária. A Andifes tem sido uma boa gerente da aplicação das políticas do MEC para as universidades públicas federais.

O projeto defendido pela Andifes, reforçado pelo Proifres reforça a normatização das parcerias público-privadas, bem como a lei de inovação tecnológica, entretanto, o projeto do Proifres aparece de forma mais aberta em defesa da lógica privatista e produtivista da universidade. Ambas as entidades defendem uma autonomia que corresponda ao atual estágio de expansão das universidades e a associação de recursos, sejam públicos ou privados à eficiência na gestão e desempenho de cada instituição. Isto revela a defesa da concepção de universidade voltada para os interesses do capital e dos benefícios de pequenos grupos de docentes que buscam caminhos para a mercantilização a partir da captação de recursos próprios por meio de contratos com empresas privadas, bem como a remuneração dos docentes por serviços prestados. Vários contratos, acordos e convênios são firmados com a esfera privada. A universidade amplia sua venda de serviço dentro da lógica mercantil e empresarial.

Para o Andes/SN, o debate da autonomia não é novo e expõe profundas contradições. As tentativas de regulamentar a autonomia universitária remetem a época do regime militar e à década de 90 com a aplicação do receituário neoliberal. O debate sobre a autonomia universitária ocorre em momentos de crise fiscal, pressão pela mercantilização da educação, medidas centralizadoras do governo que aumentam o cipoal de entraves que estrangulam cada vez mais a autonomia universitária. As reformas trabalhista e Sindical e da Previdência, a criação da EBSEH, a privatização dos hospitais universitários, criação do Fundo de Previdência Privada (FUNPRESP), a precarização do trabalho e o Sistema Nacional de Avaliação e tantas outras medidas têm esvaído a frágil autonomia universitária.

A proposta de lei orgânica das universidades federais prevê a criação de um organismo suprainstitucional com a presença

do MEC e demais representantes das universidades públicas Federais para deliberarem e fiscalizarem as políticas das universidades públicas e as dimensões da “autonomia universitária” prevista no art. 207 da CF de 1988. Todas as propostas das entidades têm por referência o artigo 207 da CF de 1988 que estabelece: *As universidades gozam de autonomia Didático-científica, Administrativa e de Gestão Financeira e Patrimonial e obedecerão o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.* O Andes defendeu a auto aplicabilidade do referido artigo, não precisando de uma regulamentação como defendem as entidades ligadas ao governo federal.

A Fasubra fez referência ao Projeto de “universidade cidadã para os trabalhadores”, documento elaborado pela entidade em 2005. “Afirma que a defesa da autonomia se liga a democracia interna e externa da universidade e deve haver o controle da sociedade” e que “O processo de expansão das universidades públicas não retirou nenhum entulho do governo de FHC”

Parcela da oposição se fez presente no debate se posicionando contra as colocações da Fasubra, Proifres e Andifes. A Corrente Proletária na Educação (CPE), do Partido Operário Revolucionário (POR), interveio defendendo as consignas do partido em relação à autonomia universitária. Não há autonomia universitária quando as decisões da gestão universitária se subordinam aos governos de plantão e aos interesses da burguesia. A luta pela real autonomia universitária se vincula à mobilização unitária e revolucionária das massas, portanto, a única forma de expressar a autonomia universitária é através do controle de quem estuda e trabalha. Defendemos na ocasião a consigna do Governo Tripartite, formada por representantes dos três segmentos da universidade (professores, estudantes e servidores), eleito diretamente pelo voto universal, com a revogabilidade de mandato, subordinado à assembleia geral universitária.

Após o debate, a oposição se reuniu com a presidente do ANDES/SN para avaliar o debate promovido pela APUB, discutir a relação da oposição com o ANDES/SN e averiguar a situação jurídica da APUB em relação ao processo já transitado em julgado, que anulou a assembleia de desfiliação da APUB ao ANDES/SN. Ao final, diante da negativa da direção governista da APUB de chamar uma assembleia para retirar os delegados e debater as teses do Congresso do Andes, que de 10 a 15 de fevereiro em São Luís-MA, decidiu-se pela convocatória uma assembleia através da Regional Nordeste III - Andes. Sobre a questão jurídica, a direção do Andes destacou que a entidade reivindicará a devolução dos pagamentos feitos pela APUB ao PROIFES. Foi tirado um grupo de trabalho para discutir o tema da autonomia universitária para debater com os docentes. A Corrente Proletária na Educação (CPE) participará na assembleia para tirada de delegados, apresentando um documento sobre o movimento docente.

Nesta edição:

- Por que o POR rechaça participar nas eleições com candidatos próprios?
- Argentina: É necessária outra política, a política revolucionária da classe operária
- França: governo socialdemocrata ataca abertamente os explorados
- Venezuela: A militarização do Estado está voltada contra a luta das massas



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Por que o POR rechaça participar nas eleições com candidatos próprios?

Que remédio! Estamos obrigados a nos enfiar no lodo da campanha eleitoral burguesa para as eleições presidenciais de outubro.

O partido revolucionário não descarta por princípio participar das eleições com seus próprios candidatos, objetivando utilizar a campanha eleitoral e, eventualmente, o Parlamento como tribuna para difundir o programa sem nada esconder de seu conteúdo revolucionário: destruir a sociedade burguesa pela via insurrecional para acabar com a opressão e a exploração e estabelecer uma nova sociedade, a socialista, na qual os grandes meios de produção serão propriedade social para realizar a libertação do País e a superação do atraso, da miséria e da fome.

De fato, os mineiros e o POR, no ano de 1947, por meio do Bloco Mineiro Parlamentar, adotaram a tática parlamentar subordinada à ação direta das massas, para utilizar nada menos do que o Parlamento oligárquico como tribuna revolucionária a partir da qual se incentivaria a luta dos explorados. Em 1985, quando as massas estavam submetidas à “defesa da democracia” burguesa a título de evitar o retorno das ditaduras, também apresentamos candidatura própria, convocando as massas a mandar para o inferno as eleições e retomar o caminho da luta revolucionária.

O partido revolucionário subordina toda sua atuação à tarefa de ajudar os explorados a superar as falácias democrático-burguesas, como as eleições, que pretendem que no ato de votar, o povo soberano não só constitui governo, mas também define seu destino. Que os explorados em geral possam resolver seus problemas por meio do voto, pela via eleitoral e por meios democráticos possam realizar as grandes transformações na sociedade. Em síntese, que por meio das eleições os explorados possam libertar-se da exploração e da miséria e arrancar o país do atraso.

Esse argumento é desenvolvido pelo Estado burguês e pelas expressões políticas da classe dominante, particularmente os reformistas de “esquerda” com a finalidade de arregimentar as massas e conduzi-las por trás de sua política, dessa maneira impedir que o proletariado desenvolva uma política independente para se converter na direção de toda nação oprimida.

Na Bolívia, a experiência de 30 anos de “democracia bur-

guesa”, depois das ditaduras militares, ensina que nada disso é verdade. As eleições somente servem para a troca no governo dos verdugos do povo: os servidores dos interesses da classe dominante, lacaios do imperialismo.

Antes da chegada do MAS ao cenário político boliviano, era evidente a superação das ilusões democráticas que vinha acompanhada com o descrédito com a politicagem burguesa, do Estado e de todas suas instituições. Com o aparecimento de Evo Morales que, por sua origem, se apresentou como expressão dos indígenas e dos pobres, novamente se despertaram ilusões nas massas, mais do que na própria democracia, na pessoa de Evo sobre o que um indígena presidente poderia fazer.

Hoje, os explorados têm constatado na pele o caráter pró-burguês e pró-imperialista do governo do MAS. Amplos setores nas cidades e em menor quantidade no campo, se separaram do governo e ganharam as ruas para lutar pelas suas reivindicações, protagonizando grandes mobilizações antigovernamentais. Caracterizamos a situação política atual como uma situação pré-revolucionária dentro do processo de desenvolvimento da situação revolucionária.

Justifica-se participar com candidatos quando as massas estão submetidas pela campanha burguesa, que não é o caso agora. Participar com candidatos nas eleições seria alimentar nos explorados novamente ilusões democrático-burguesas, deixando de lado a experiência acumulada por estes no sentido contrário.

Em nossa longa e rica história de luta, o proletariado boliviano, particularmente o mineiro, juntamente com seu partido, o POR, temos assinalado (Teses de Pulacayo, Teses Socialista do IV Congresso da COB, etc.) que o único caminho possível para que a Bolívia supere as condições de atraso em que se encontra é a via da revolução protagonizada pelo conjunto dos explorados, sob a direção política do proletariado.

O POR convoca a dar conteúdo político revolucionário explícito ao repúdio ao governo impostor do MAS, que tem substituído a direita tradicional e seus partidos em crise, votando nulo como afirmação de nossa posição irrenunciável de consumir a revolução social pela via insurrecional.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2341, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina – Diante da quebra das políticas do governo e de sua oposição É necessária outra política, a política revolucionária da classe operária

Os cortes de luz são constantes nesse governo. Sabe-se que há muito tempo que as empresas não investem, não fazem manutenção e não renovam os equipamentos. Sabe-se quais são as zonas, os bairros mais vulneráveis do sistema de distribuição de energia. No entanto, o governo permite que a situação exploda para ver o que fazer. Mesmo assim, diante dos enormes danos, ainda tem dúvidas sobre o que fazer.

Sabe-se, desde o início, que as privatizações de Menem foram uma grande negociata. Não há nada para se investigar. O governo de Kirchner se negou a reestatizar os serviços vitais que foram entregues aos monopólios privados. Acata a ordem do capital financeiro internacional de que o Estado não fique responsável pelas empresas, ainda que sejam essenciais para a sociedade e se encontrem em perigo.

O governo nacional e os governos provinciais são responsáveis. Conhecendo a gravidade do problema, deveriam intervir antecipadamente. Manejam os organismos que controlam o serviço e contam com diretores nas empresas, portanto, se não tomaram medidas antecipadas, são responsáveis e cúmplices pelo que sucedeu.

Milhares de bairros ficaram sem luz, alguns com cortes temporários, muitos durante vários dias, com períodos de calor insuportável, numerosos edifícios sem água, sem elevadores, etc. A reação imediata foram os bloqueios de ruas e avenidas, piquetes bloqueando o trânsito para reivindicar a atenção imediata das empresas para restabelecerem o serviço e do governo para que assuma o problema. O governo e as empresas pediram desculpas, esperando que diminuísse a onda de calor e que as férias comessem para que se voltasse à normalidade. Baixaram as temperaturas, iniciaram as férias, mas continuam os cortes.

O que faz subir ainda mais a temperatura, o mau humor e o descontentamento popular é a inflação que disparou ao mais alto nível dos últimos 20 anos, empurrada pelo aumento do transporte, dos alimentos e dos combustíveis, reduzindo fortemente o poder aquisitivo de nossos salários. O governo é incapaz de dar resposta a esse problema central e só ensaia algum acordo de preços sabendo de antemão que fracassará. Procura, assim, mostrar que alguma coisa está fazendo. Sua própria

política alimenta o fogo inflacionário. O governo se negou a reabrir as paritárias e rechaçou tudo o que pôde da exigência de pagamento dos adicionais de fim de ano. Sua pretensão de reduzir as expectativas inflacionárias do ano e de condicionar a redução à próxima negociação paritária fracassou.

A resposta popular é insuficiente diante da magnitude do ataque às condições de vida que estamos sofrendo. A pobreza continua crescendo, somente 10% da população tem salários acima do custo necessário para manter uma família. Segundo o Idec, cerca de 18 milhões de pessoas, e 60% da população não ganham mais do que R\$ 3.200 pesos. Somente os piquetes e os bloqueios de ruas não são suficientes. É necessário generalizar a luta e dar-lhe uma perspectiva política. A classe operária deve intervir com sua própria política para jogar pela janela todas as misérias, incapacidade, corrupção, parasitismo e a impotência da burguesia governamental e da oposição.

As CGTs continuam embocadas, a oficial e a opositora. Nenhuma ação para unificar e centralizar as reivindicações diante de uma situação cada vez mais crítica. Sua preocupação está centrada nas negociações políticas e como defender as promessas que supõem conseguir. Não há nada o que esperar delas. É necessário confiar nas próprias forças e na auto-organização a partir das bases para lutar pelas nossas reivindicações, começando pelo *salário e aposentadoria que alcance o mínimo do custo de manutenção de uma família, atualizado mês a mês*.

Mas também é necessário dar uma resposta a problemas como o da energia elétrica, que a burguesia em geral está incapacitada de resolver. *Todo o sistema, desde a geração, até o transporte e a distribuição deve ser nacionalizado, colocado sob o monopólio estatal e sob o controle operário coletivo*.

Todos os recursos da Nação devem ser postos a serviço de resolver os principais problemas da população. Nem um dólar a mais para pagar a dívida externa, nem dividendos, nem gastos suntuosos. Chega de entregar todos os recursos naturais e financeiros ao imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 283, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

França: governo socialdemocrata ataca abertamente os explorados

A gravidade da crise do país se mede em que, no prazo de seis meses, o governo de François Hollande fez três viradas agudas em sua política econômica. Partiu da promessa de por a França na via do “crescimento sem austeridade”, mas logo passou a assumir o plano de ajuste que levou à derrota eleitoral de Nicolás Sarkozy. Plano que se resume em cortes no gasto social e ajuste do orçamento público em 20 bilhões de euros para 2014. E em aumentar o IVA (Imposto ao Valor Agregado) para 20% (hoje é 19%).

Mas o ajuste não para por aí. O Tribunal de Contas do país aconselhou o governo a elevar os ajustes e aumentar os impostos de um total de 50 a 60 bilhões de euros até 2017. Com esse objetivo, criou-se o “Crédito Imposto por Competitividade e Emprego” (CICE), desti-

nado a rebaixar os impostos e encargos sociais das empresas. De fato, não pagarão encargos familiares até 2015. Ao mesmo tempo, aplicará um ajuste no orçamento público no dobro desse valor até 2017.

O governo defendeu o “pacto” como uma “saída responsável” ao crescimento do desemprego, que chegou a 11%. E propôs “continuar com a redução dos impostos patronais” até 14% para este ano e mais 6% até 2015. Para Hollande, trata-se do “maior compromisso social há décadas”. Denominou seu plano de “Pacto de Responsabilidade” entre o Estado e os monopólios, sob o compromisso de que estes criariam até um milhão de novos empregos. Na realidade, não se trata de outra coisa a não ser uma gigantesca injeção de liquidez e de capital aos monopólios. A burguesia promete abrir novos empregos, sobre o

argumento de que as mudanças introduzidas na legislação trabalhista permitirão, principalmente onde já haviam sido reduzidos, mas desta vez submetidos a condições trabalhistas profundamente flexibilizadas e precarizadas.

Um pacto burguês contra a classe operária

O “pacto” foi imediatamente aplaudido pelos monopólios e pela oligarquia financeira. Segundo os maiores monopólios da imprensa burguesa, como é o caso de *Les Temps*, “o presidente atravessou o “Rubicão” da esquerda francesa”. O presidente da associação empresarial francesa (MEDEF), Pierre Gattaz, saudou o discurso do ajuste como “uma tomada de consciência sobre a realidade da França”. E reconheceu que Hollande fez o que nenhum outro governo anterior tinha se atrevido a fazer antes contra as conquistas sociais e trabalhistas. A direita fracassou diante da resistência das massas. A socialdemocracia cumpre essa tarefa no momento em que há um refluxo do movimento operário, após sua desmobilização apoiada nas ilusões democráticas depositadas em Hollande e marcada pela traição de suas direções sindicais.

Para a grande burguesia, tratou-se da conclusão de uma manobra política que desviou as massas das ruas para as urnas. E do momento oportuno para levar a cabo o acerto de contas. A socialdemocracia cumpre dessa forma as diretrizes do FMI, da União Europeia e do Banco Central Europeu para reduzir as cargas tributárias e sociais das empresas monopolistas, francesas e estrangeiras. E “compensar” a perda de arrecadação para os cofres do Estado atacando os assalariados e os aposentados franceses.

Elogiando Hollande, a burguesia reconheceu abertamente na socialdemocracia um de seus instrumentos políticos para atacar o proletariado, a juventude oprimida e a pequena-burguesia arruinada.

A via do intervencionismo militar

A burguesia monopolista francesa não encontra, no entanto, uma saída para sua crise nos estreitos limites de seu mercado interno. Ainda que se tenha assentado as bases para a eliminação de conquistas trabalhistas e sociais, uma retomada da resistência das massas poderá atrasar a conclusão final desse processo. Tampouco pode expandir seus negócios no estrangeiro sem aumentar seu parasitismo sobre as semicolônias e acentuar seus choques com outras potências com as quais está em guerra comercial pelo controle dos mercados e fontes de matérias-primas.

A burguesia francesa está presa aos limites de seu mercado e por uma divisão do mundo que a relega a parasitar os mercados remanescentes que são deixados pela Alemanha na Europa de um lado, e pelos Estados Unidos e China no mundo, do outro. Sua influência

Venezuela:

A militarização do Estado está voltada contra a luta das massas

O destino do nacionalismo burguês chavista está determinado pelas condições de atraso do país e sua dependência do mercado mundial. A economia nacional está brutalmente aprisionada pela propriedade privada monopolista das forças produtivas mundiais e as fronteiras nacionais. A encruzilhada histórica do país é posta pela necessidade de romper a camisa de força da propriedade privada, transformar os meios de produção em propriedade social e iniciar a transição ao socialismo.

Entretanto, na contramão da experiência mundial, o chavis-

política e poderio militar já não correspondem com seu profundo retrocesso econômico e industrial. Suas atuais posições de potência imperialista são o reflexo de décadas passadas. Não pode abandonar a frente imperialista, dirigida pelos Estados Unidos, sem se arriscar a perder esses privilégios, dos quais depende que continue o fluxo de parte da mais valia mundial para seus bancos, suas indústrias e seu Estado.

São estas condições que impulsionam as reformas econômicas e políticas contra os explorados franceses, as que agigantam seu belicismo e potenciam seu intervencionismo imperialista no Oriente Médio e África. Desse modo, trás para a França as explosivas contradições da luta de classes internacional e dos e dos movimentos nacionais que lutam contra a opressão imperialista.

A ofensiva capitalista exige a retomada das lutas

Assim como a burguesia francesa recria as condições para sua sobrevivência com base na pauperização do país, das massas e das semicolônias, cria também as premissas de sua próxima crise revolucionária.

Até agora, sua vantagem reside em que seu ataque ocorre em um momento de refluxo operário na Europa. Contudo, este refluxo tem um caráter transitório. Diante dos ajustes, das traições de suas direções e das falsas promessas eleitorais necessariamente as massas deverão passar para a ofensiva. A resistência e a combatividade operária e popular aumentarão. A classe operária francesa não deixou de combater os capitalistas. A mais recente greve dos operários da Goodyear-Amiens, ocupando a fábrica e tomando dois diretores como reféns, não é um fato isolado. É continuidade histórica da greve dos controladores aéreos, da mobilização estudantil contra as leis migratórias reacionárias, dos levantamentos dos bairros populares contra a repressão, das greves dos metalúrgicos e dos petroleiros, etc.

Seguramente, o novo levante do proletariado e da juventude oprimida do país contra os ajustes e os imposto que está a caminho, desta vez tomarão um caráter mais unificado e centralizado em escala nacional. No entanto, é provável que esse processo alcance sua máxima expressão sem chegar a entroncar com o desenvolvimento e fortalecimento de sua direção política revolucionária. Disto decorre que a crise histórica de direção mundial do proletariado se apresenta como um poderoso bloqueio para traduzir a experiência prática das massas francesas – passadas, presentes e futuras – em política revolucionária. Da resolução desta tarefa vital, depende o futuro das massas não só da França, como de todo o continente Europeu. Isto é, que seu destacamento mais consciente e decidido empunhe o programa da revolução social e da união revolucionária do continente sob a bandeira de os Estados Unidos Socialistas da Europa.

volumosos subsídios sociais, planos assistencialistas e propiciou a importação de produtos de consumo popular a preços baixos. Imaginava atingir dessa forma a distribuição de renda e riqueza entre todas as classes sociais. Externamente, se orientou a consolidar apoios diplomáticos subsidiando exportações de petróleo a preços irrisórios. Pretendia, desse modo, limitar as pressões imperialistas, impor suas condições alcançando assim a soberania nacional.

Em outras palavras, a sobrevivência do ensaio nacionalista burguês dependia de um equilíbrio entre fatores internos e externos que só poderia se sustentar em momentos de crescimento do intercâmbio mundial e com o preço internacional do petróleo elevado. Com a retração do mercado mundial e a abrupta queda dos volumes e preços das matérias-primas, esse equilíbrio foi atingido.

Com a crise, aumentou o desabastecimento de produtos básicos (farinha, pão, leite, trigo, papel higiênico, óleo, etc.). Cresceu o déficit em conta corrente devido ao crescimento das importações (30% superior em 2013 em relação a 2012) e à queda das exportações (caíram 900 milhões no mesmo período). As reservas despencaram abruptamente (-27%), obrigando o governo avançar com a desvalorização da moeda (46%), alimentando, conseqüentemente, a inflação que aumentou para 55% ao ano.

A burguesia imperialista potenciou a crise cortando as linhas de crédito em US\$ 10 bilhões, reduzindo ao mesmo tempo as compras do petróleo venezuelano em 40%. Os créditos externos caíram três vezes abaixo do valor registrado em 2012. Os governos da Colômbia e Brasil decidiram apertar o torniquete sobre as dívidas da Venezuela, seus principais sócios comerciais, exigindo o pagamento das importações.

Nesse crítico cenário, a produção de petróleo decresceu e os custos de produção se elevaram entre 28 e 55 vezes sobre o valor do combustível consumido no mercado interno, provocando perdas adicionais de US\$ 12,6 bilhões e aumento do déficit público (15% do PIB).

Durante mais de 15 anos, a renda do petróleo constituiu o meio para subsidiar o consumo popular, achatando os preços internos e sustentando os planos assistencialistas. Porém, recentemente, o chavismo anunciou que irá elevar o preço interno dos combustíveis em 2.638%. É bom lembrar que o levante popular que derrubou o governo de Carlos Andrés Pérez, conhecido como Caracazo, em 1989, começou com o aumento do preço dos combustíveis. O fato do petróleo ser a fonte de 90% da renda nacional e dos recursos dos planos assistencialistas, sua elevação certamente repercutirá nos preços internos. Quer dizer, se constituirá em fator de empobrecimento ainda maior da vida das massas. Alimentará a crise política.

O chavismo conta com a debilidade e o entreguismo da oposição para sobreviver por mais algum tempo. Pôde, assim, fazer uma virada em sua política econômica, dirigindo o ajuste contra as massas. Substituiu ministros oriundos da base do PSUV (Partido Socialista Unificado de Venezuela) por chefes militares. 368 oficiais de alta patente foram designados em diferentes cargos nos ministérios, na Assembleia Nacional, consulados, embaixadas, etc.. A hierarquia das Forças Armadas bolivarianas (FAB) controla ministérios, parte vital dos mecanismos do Estado, e importantes empresas estatais. Os militares estão, além disso, habilitados para intervir em empresas e sindicatos.

Ao mesmo tempo, se reforçaram os poderes territoriais e de

polícia política das milícias chavistas. Embora continuem sendo evocadas nos discursos oficiais como o braço armado da “soberania popular” e base da “revolução bolivariana”, são na prática arregimentadas militar e politicamente pelo PSUV e pelas FAB.

Todas estas mudanças indicam que estão praticamente esgotadas as vias “normais” e pacíficas para resolução da crise. A militarização do governo, expressada concretamente no maior controle das Forças Armadas sobre o aparato de Estado e sobre a economia nacional, é reflexo da crise política.

É bem possível que a crise econômica e a necessidade do governo de adotar uma linha de severidade fiscal levará camadas dos explorados a se deslocarem da política chavista. A oposição burguesa aguarda esse momento para potenciar a via eleitoral de derrota do PSUV. O proletariado não conta com um partido revolucionário. O que impossibilita uma solução anticapitalista e anti-imperialista. Mas é bem provável que o deslocamento das bases chavistas colocará a necessidade de constituir uma direção que defenda a vida das massas e que as projete em direção a luta por um governo próprio. As manobras pela esquerda ou pela direita do chavismo não poderão frear a tendência geral de se apresentar como governo antioperário e defensor da grande propriedade privada.

O que distingue a fase atual de decomposição do chavismo é que no próximo levante das massas esta poderá se entroncar com a presença física do proletariado industrial. Essa tendência está esboçada na mais recente greve dos operários metalúrgicos da estatal SIDOR que dura já mais de dois meses. Os operários reclamam ao governo salários, bônus e benefícios não pagos. E o acusam de descumprir 14 artigos da convenção coletiva e de manter os salários congelados. Exigem também esclarecimento de qual foi o destino de 324 milhões investidos para modernizar a empresa dirigida por um coronel e dois generais.

O governo por seu turno os acusou de “*golpistas*” e de “*parasitismo reivindicatório*”. E manobra para derrotar a greve apoiando-se nas divisões sindicais entre as correntes que dirigem o sindicato. O fundamental está em que a greve surgiu das bases e à margem do sindicato. A burocracia sindical chavista se viu obrigada a se colocar à sua frente para não ser desalojada. O que ressalta nesta greve é, de um lado, a ruptura das bases com as direções chavistas, de esquerda e direita. De outro, que nela se encarna a tendência histórica de ruptura operária com o nacionalismo burguês.

Para o governo, a necessidade de esmagar as greves é muito importante para evitar que se irradie o exemplo e se generalize o movimento. O governo tem agido no sentido de barrar qualquer informação nos meios de comunicação e assim mantê-la isolada da população. Mas não conseguiu quebrar a vontade dos operários.

O fato é que com aprofundamento da crise e a virada antioperária do governo, as condições para uma generalização das lutas operárias se potenciaram. Nessa situação, a greve da SIDOR é exemplar. Indica o caminho pelo qual os explorados poderão combater o governo impostor e rechaçar a oposição reacionária.

É necessário não perder de vista que a tarefa essencial é a de construir o partido marxista-leninista-trotskyista. Esse é o fator histórico que pode ajudar a traduzir essa incipiente experiência do proletariado industrial em política revolucionária. É a via pela qual se colocará a necessidade de impor o controle operário da produção, a independência política de suas organizações sindicais e de unir as massas oprimidas sobre a estratégia da revolução e ditadura proletárias.